

28 mortos em 24 acidentes de viação semana passada em Moçambique

Pelo menos 28 pessoas morreram em 24 acidentes de viação ocorridos em Moçambique na semana passada, sete dos óbitos ocorreram num despiste seguido de capotamento de uma viatura de transporte de passageiros na Estrada Nacional nº 1.

Texto: Redacção

O mortal despiste aconteceu no passado sábado (15) quando um dos pneus, de uma viatura que fazia o trajeto Marracuene – Manhiça, rebentou na zona de Maluana, capotou tendo ainda atropelado dois peões.

Nos restantes 23 acidentes de viação, registados entre 15 e 21 de Junho pela Polícia da República de Moçambique (PRM), cinco também foram despistes e atropelamentos e 12 atropelamentos que causaram ainda 37 feridos dos quais 20 em estado grave.

A PRM, que aponta a velocidade excessiva, má travessia de peões e condução sob efeito de álcool como as principais causas dos sinistros mantém a forte fiscalização tendo no período em análise apreendido 97 viaturas, 244 cartas de condução, 55 livretes, detido 36 condutores e aplicado 3,728 multas na fiscalização de 46.683 viaturas em todo o território nacional.

Cornelder oferece material escolar e desportivo a crianças afectadas pelo ciclone Idai

A Cornelder de Moçambique, concessionária dos terminais de Contentores e de Carga Geral no Porto da Beira, ofereceu, na segunda-feira, 24 de junho, dois lotes de material escolar e desportivo às crianças e instituições do ensino primário e secundário afectadas pelo ciclone tropical Idai e consequentes cheias, na província de Sofala.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

O primeiro lote é constituído por 113 mil cadernos e igual número de

continua Pag. 02 →

Banco Mundial é o maior credor de Moçambique... para manter o partido Frelimo no poder



CONTA GERAL DO ESTADO NO ANO DE 2018					
MOVIMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA POR GRUPO DE CRÉDORES					
(em Milhões)					
CRÉDORES	DÍVIDA EM 31-12-2017	DÍVIDA EM 30-06-2018	BENEFÍCIO DA DÍVIDA		DÍVIDA EM 31-12-2018
			AMORTIZAÇÕES	PERDÃO E VARIACÃO CAMBIAL	
A	B	C	D	E	B+A-B-C-D-E
MULTILATERAL	244.267.389	14.400.888	3.793.269	-4.129.497	262.948.372
BID	160.087.354	9.946.242	1.832.482	-3.793.273	177.301.365
BID	4.914.524	0	374.831	-388.194	4.907.267
BID	397.708	96.234	0	-16.469	910.511
BID	48.726.527	2.692.984	268.995	-1.115.968	52.114.532
BID	5.521.090	812.276	151.408	9.866.734	9.866.734
BID	4.192.170	0	288.232	-2.808.024	4.680.381
BID	9.000.514	638.294	290.762	-162.212	9.517.248
BID	3.022.823	31.549	122.144	103.894	3.721.963
BID	2.426.421	284.171	286.121	-102.581	2.445.544
BID	218.202.400	26.344.623	11.398.797	-14.669.918	228.638.144
BID	89.526.694	4.952.523	4.943.981	-3.897.387	85.626.844
BID	64.368.717	4.852.523	4.388.938	-3.897.815	69.824.523
BID	104.275	0	104.275	-104.275	1.162.891
BID	13.969.982	192.244	762.887	387.254	12.927.522
BID	4.587.690	0.028.473	58.762	-4.680.911	18.046.987
BID	48.729.612	727.264	0.396.887	1.370.651	36.699.138
BID	999.962	0	93.564	-22.585	499.878
BID	16.864.878	0	642.891	-696.293	16.862.271
BID	10.712.703	0	153.254	-443.198	11.005.749
BID	5.841.224	0	499.847	-245.094	5.946.472
BID	229.281.794	14.312.181	6.494.816	-18.872.411	248.811.400
BID	18.946.841	648.827	182.326	-1.417.196	26.853.438
BID	3.377.832	0	0	-3.377.832	3.817.788
BID	481.438	0	11.970	-15.758	466.229
BID	12.783.472	648.827	0	-1.161.899	14.090.198
BID	1.288.148	0	0	-32.514	1.255.634
BID	703.111	0	49.446	-28.100	684.174
BID	350.840	0	91.901	-15.150	275.679
BID	38.323.888	157.380	86.932	-1.267.447	31.667.794
BID	2.041.740	157.380	86.932	-86.292	2.214.487
BID	13.414.811	0	0	-167.876	16.532.496
BID	14.857.633	0	0	-413.184	15.420.917
BID	180.819.178	3.389.882	6.220.547	-8.188.898	195.400.368
BID	118.252.640	41.104.971	5.119.844	-5.914.402	146.468.547
BID	1.797.042	0	0	-74.415	1.871.448
BID	10.362.194	1.064.232	125.504	-441.740	11.743.577
BID	5.784.411	146.194	872.177	-228.799	5.176.221
BID	1.377.832	128.280	0	67.080	1.574.272
BID	42.498.963	0	0	-1.758.188	44.216.251
TOTAL	864.478.190	14.821.278	15.192.146	-22.399.416	894.688.713

O Banco Mundial continua a ser o maior credor de Moçambique, desde os anos 90, e mesmo com a descoberta das dívidas ilegais a instituição continua a injectar fundos no Orçamento do Estado, em 2018 foram mais 165 milhões de Dólares elevando a dívida do nosso país para quase 3 biliões de Dólares norte-americanos. Para o Professor João Mosca esta instituição financeira faz parte de uma “perfeita triangulação” para manter o partido Frelimo no poder.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 02 →

Nyusi regressa a campanha eleitoral prometendo estradas e pontes... depois de reeleito

O candidato presidencial do partido Frelimo e Presidente de Moçambique voltou a campanha eleitoral nesta quinta-feira (27) viajando até a Província de Nampula, nos distritos de Lalaua e Moma Filipe Nyusi prometeu melhorar as estradas de terra batida e construir pelo menos uma ponte... quando for reeleito.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Frelimo



cionou as “dívidas não declaradas, então aqueles nossos amigos disseram já não vamos mais dinheiro até explicarem esse assunto”.

Contudo Nyusi não explicou ao povo de Lalaua que essas dívidas contraídas pelo seu partido mais do que ocultas são ilegais e pior do que o corte da ajuda precipitaram a crise que Moçambique vive desde 2016.

Filipe Nyusi admitiu que está em campanha eleitoral: “Sendo este

ano o último desde ciclo 1º de governação, estamos a reflectir tudo aquilo que tínhamos combinado para ver o que é que foi feito e o que é que falta fazer, e também porque é que não foi feito algo se existir”.

Ainda nesta quinta-feira Nyusi voou para o Distrito de Moma, com meios do Estado, e continuou a fazer campanha eleitoral, “temos que fazer a estrada, isso nós prometemos, que sai de Nampula até Angoche, até Moma”.

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o

XICONHOCA

da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Banco Mundial é o maior credor de Moçambique...
para manter o partido Frelimo no poder

Desde a descoberta das dívidas ilegais das empresas Proindicus e MAM que os Parceiros de Cooperação suspenderam o seu apoio directo ao Orçamento do Estado de Filipe Nyusi no entanto o Banco Mundial nunca suspendeu a injeção de fundos tendo fechado o ano de 2016 como credor de mais de 3 biliões de Dólares.

Em 2017 a instituição financeira multilateral que supostamente combate a fome no mundo injetou cerca de 104 milhões de Dólares para o Orçamento de Estado cada vez mais deficitário mas o @Verdade apurou, na Conta Geral do Estado de 2018, que no ano passado o Banco Mundial meteu mais de 165 milhões de Dólares no erário o que voltou a elevar a dívida de Moçambique, que baixara para 2,7 biliões, para 2,95 biliões de Dólares norte-americanos.

Desde que tem relações formais com o nosso país o Banco Mundial tem sido generoso com os sucessivos governos do partido Frelimo, depois dos seus créditos terem-se elevado até aos 1,4 bilião de Dólares em finais da década de 90 a dívida reduziu parcialmente, graças ao perdão negociado em 1999, mas depois de um ligeira queda voltou a cifrar-se acima do bilião de Dó-

CONTA GERAL DO ESTADO NO ANO DE 2018					
MOVIMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA POR GRUPO DE CREDORES					
(Em Mil Melicas)					
CREDORES	DÍVIDA EM 31-12-2017	DESEM- BOLSOS	SERVIÇO DA DÍVIDA		DÍVIDA EM 31-12-2018
			AMORTIZAÇÕES	CANCELAMENTO PERDAO E VARIA- ÇÃO CAMBIAL	
	A	B	C	E	E=A+B-C-D
MULTILATERAL	244.267.789	14.456.655	3.793.369	- 1.129.497	263.060.572
IDA	185.097.154	9.946.042	1.532.403	-3.790.273	177.301.065
BEI	4.914.024	0	374.831	-388.194	4.927.387
BAI	357.708	96.334	0	-16.469	510.511
FAD	48.726.937	2.660.984	388.956	-1.115.568	52.114.532
BADEA	5.521.850	819.279	328.891	151.468	5.860.270
BID	4.192.170	0	399.233	-2.808.024	6.600.961
FIDA	9.060.514	638.294	290.780	-163.212	9.571.240
NOF	3.922.013	31.548	122.144	103.854	3.727.563
OPEC FUND	2.435.420	264.174	356.131	-103.081	2.446.544
BILATERAL	310.202.400	20.364.623	11.398.797	-14.469.918	333.638.144
BILATERAL/CLUBE DE PARIS	80.920.696	6.052.523	4.943.981	-3.997.307	85.626.544
Bilateral/OCDE	64.365.717	6.052.523	4.300.530	-2.907.013	69.024.323
AUSTRIA	896.096	104.270	0	-163.331	1.163.695
FRANÇA	13.566.362	192.136	762.887	397.258	12.627.523
JAPÃO	8.587.696	5.028.672	58.392	-4.489.011	18.046.967
PORTUGAL	40.729.613	727.264	3.896.057	1.370.651	36.690.133
ESPAÑA	556.962	0	80.568	-22.580	495.978
Clube de Paris- Nao OCDE	16.554.979	0	643.051	-690.293	16.602.221
BRAZIL	10.713.756	0	153.204	-445.198	11.005.748
RUSSIA	5.841.224	0	489.847	-245.096	5.596.473
BILATERAL/OUTROS	229.281.704	14.312.101	6.454.816	-10.872.611	248.011.606
Da Europa do Leste	18.944.641	645.027	153.334	-1.417.106	20.853.438
BULGARIA	3.377.832	0	0	-130.876	3.517.708
BELGICA	461.438	0	11.970	-19.758	469.226
COREIA DO SUL	12.783.472	645.027	0	-1.161.699	14.590.198
POLÓNIA	1.268.148	0	0	-52.514	1.320.662
ROMÉNIA	703.111	0	49.446	-28.109	681.774
EX-JUGOSLÁVIA (SERVIA)	350.640	0	91.920	-15.150	273.870
Países - OECD'S	30.323.889	157.392	80.932	-1.267.447	31.667.794
KUWAIT	2.041.745	157.392	80.932	-96.283	2.214.487
IRAQUE	13.474.511	0	567.979	14.032.498	14.032.498
LIBIA	14.807.633	0	0	-463.184	15.420.817
Outros Países	180.013.175	13.509.682	6.220.547	-8.188.058	195.499.368
EXIMBANK CHINA	118.252.640	12.159.971	5.122.866	-5.616.852	130.906.597
ANGOLA	1.797.030	0	0	-74.415	1.871.445
EXIMBANK INDIA	10.363.104	1.064.232	125.504	-441.745	11.743.577
DINAMARCA	5.764.411	146.194	972.177	-239.799	5.178.227
FUNDO SAUDITA	1.377.927	139.285	0	-57.060	1.574.272
CRED. SUÍSS INV. INT.	42.458.063	0	0	-1.758.188	44.216.251
TOTAL	554.470.190	34.821.278	15.192.166	-22.599.415	596.698.717

lares desde então.

A 31 de Dezembro de 2018 do total da Dívida Pública Externa, cifrada em 9,9 biliões de Dólares

sem incluir as dívidas ilegais da Proindicus e da MAM, o Banco Mundial é o maior credor com cerca de 30 por cento desse stock, seguido pela China a quem

Governo reforça obrigatoriedade da lista de passageiros no transporte inter-provincial e introduz Boletim de Viagem

A obrigatoriedade da lista de passageiros no transporte inter-provincial vai ser reforçada pelo novo Regulamento de Transporte em Veículos Automóveis que agrava as multas pelo seu não preenchimento e obriga a existência de cópias na empresa e no ponto de partida. Além disso o Governo introduziu o Boletim de Viagem cuja falta penaliza o condutor do autocarro.

A lista de passageiros, já prevista nos transportes inter-provinciais de passageiros em Moçambique, deverá passar a ser preenchida em triplicado a partir do Agosto, quando entrar em vigor o Decreto 35/2019, “sendo uma cópia depositada no ponto de partida, outra depositada na empresa e a original levada à bordo”. Ademais, o Artigo 108, impõe que: “A cópia da lista de passageiros depositada na empresa deve ser mantida no arquivo por período não inferior a 60 dias”.



A falta da lista de passageiro que era multada em 2 mil Meticais para a ser penalizada com multa de 5 mil Meticais "onde a penalização recai sobre a tripulação", pode-se ler no novo Regulamento de Transporte

em Veículos Automóveis, além disso a falta da lista actualizada, durante a viagem, “é punível com multa de 2.500 Meticals onde a penalização recai sobre a tripulação”.

O Decreto 35/2019 introduz um ou-

controllo subsequentes”.

O boletim de viagem, no modelo criado pelo Governo, deve ser levado à bordo para ser carimbado nos pontos de controlo ao longo do percurso indicando o local, a data e hora.



República de Moçambique

Ministério dos Transportes e Comunicações

Boletim de viagem

Tempo de Condução do Motorista

Terminal Rodoviário de _____

N.º _____

Data ____/____/____

Nome do Transportador _____ N.º da Licença _____

Data ____/____/____

Sede _____ Nome do Motorista _____

N.º da Carta _____

Contacto _____ Proveniência _____

Destino _____

Matrícula _____ Marca _____ Hora de Partida _____

Ponto de Controle	Assinatura do Agente		Assinatura do Motorista		Horas	
	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta

tro documento de carácter obrigatório nos transportes inter-provinciais de passageiros, o boletim de viagem, devidamente preenchido e carimbado no ponto de partida pela entidade que tiver licenciado a viatura e tem de ser levado à bordo "para a devida actualização nos postos de

A falta do boletim de viagem “é punível com multa de 3 mil Meticalis onde a penalização recai sobre o condutor”, enquanto a “falta do boletim de viagem actualizado é punível com multa de 1.500 Meticalis onde a penalização recai sobre o condutor”.

Moçambique deve 2,2 biliões de Dólares norte-americanos.

O Professor Catedrático João Mosca disse ao @Verdade que o Banco Mundial faz parte de “uma perfeita triangulação” para manter o partido Frelimo no poder em Moçambique.

“O triângulo é a Comunidade internacional, FMI e Banco Mundial e o Governo. A Comunidade internacional apoia ao Governo nesta acção do estamos juntos e não há crise. Aparece o FMI com o discurso alinhado com o Governo, boas perspectivas, 2020 é o ano do grande ano de arranque, o FMI diz depois das eleições vamos começar o apoio financeiro, e o Banco Mundial nunca parou de dar”, explico o académico e experiente economista moçambicano.

“O objectivo a curto prazo é a Frelimo ganhar as eleições”

Professor Mosca acrescentou que “o Banco Mundial é utilizado por algumas embaixadas, que não querem dar a cara, para continuarem a apoiar. Portanto existe uma perfeita triangulação”.

Diversos projectos desta instituição financeira que constrói escolas, unidades sanitárias,

infra-estruturas de água, energia, estradas, apoia a agricultura e até ao meio ambiente confundem-se com ações do Executivo, aliás recentemente o Conselho de Ministros aprovou mais uma iniciativa para apoiar a criação de empregos para os jovens com investimento do Banco Mundial.

João Mosca entende que: “Neste momento o objectivo é ganhar as eleições, então é preciso criar um ambiente colectivo na sociedade de que não há crise, estamos todos a recuperar, vamos ter paz, estamos a pôr o soldados da Renamo no exército, já estamos a resolver os problemas deles para recomencem uma vida normal, as dívidas agora com o gás vai ser tudo resolvido, não há contradições dentro da Frelimo e portanto não há problemas nenhuns em Moçambique, está tudo numa boa e estamos juntos”.

“O objectivo a curto prazo é a Frelimo ganhar as eleições”, declarou o Mosca que apontou “o embaixador da Suíça é pivot do jogo entre o Governo, a Comunidade Internacional, FMI e Banco Mundial e a Sociedade Civil” tendo em vista garantir os interesses nos recursos de Moçambique particularmente pela África do Sul, Brasil, China, Estados Unidos, União Europeia e Japão.

→ continuação Pag. 01 - Cornelder oferece material escolar e desportivo a crianças afectadas pelo ciclone Idai

lápis, destinados aos alunos do ensino primário da província de Sofala, sendo que a cerimónia de entrega simbólica teve lugar na Escola Primária de Guara Guara no distrito de Búzi, onde foram entregues através da Direção Provincial da Educação e Desenvolvimento Humano de Sofala, 50 mil unidades de cada item para o Distrito.



Já o segundo lote é composto por 1.048 livros diversos, que foram oferecidos à biblioteca da Escola Secundária de Búzi, que sofreu inundações que encharcaram todos os livros existentes naquele importante espaço de consulta. Adicionalmente, a Cornelder de Moçambique efectuou a entrega de 18

pares de equipamento desportivo e bolas de futebol com vista a motivar a prática do desporto no seio dos jovens, como uma forma de minimizar os traumas causados por aquele desastre natural que resultou em grandes perdas humanas e materiais em particular a Zona centro de Moçambique.

Na sua intervenção, o director executivo adjunto da Cornelder de Moçambique, António Libombo, referiu que o gesto visa garantir que as crianças afectadas continuem a estudar normalmente.

“Para além de manifestar a nossa solidariedade, viemos, também, mostrar que o distrito de Búzi e a província de Sofala não estão sozinhos”, disse António Libombo, numa cerimónia que contou com a presença do director provincial da Educação e Desenvolvimento Humano de Sofala, Manuel Chicamisse, da administradora do distrito de Búzi, Maria Bernadete Roque, e da comunidade local.

Por opção editorial, o exercício da liberdade de expressão é total, sem limitações, nesta secção. As escolhas dos leitores podem, por vezes, ter um conteúdo susceptível de ferir o código moral ou ético de algumas pessoas, pelo que o Jornal @Verdade não recomenda a sua leitura a menores ou a pessoas mais sensíveis. As opiniões, informações, argumentações e linguagem utilizadas pelos participantes nesta secção não reflectem, de algum modo, a linha editorial ou o trabalho jornalístico do @Verdade. Os que se dignarem a colaborar são incentivados a respeitar a honra e o bom nome das pessoas. As injúrias, difamações, o apelo à violência, xenofobia e homofobia não serão tolerados.


Diga-nos quem é o Xiconhoca desta semana. Envie-nos um E-MAIL para averdademz@gmail.com


 **goste de nós no**
facebook.com/JornalVerdade


Jornal @Verdade


Jon Harris, vice presidente da petrolífera Sasol, que há quase duas décadas leva o gás natural de Inhambane para a África do Sul a preços muito baixos e trazendo pouco desenvolvimento para Moçambique, acredita na viabilidade de um gasoduto entre Palma e a Província de Gauteng tendo em vista levar o gás do Rovuma para suprir a demanda do mercado sul-africano.


<http://www.verdade.co.mz/newsflash/68726>


 **Fernando Veloso** Falta saber onde está o dinheiro dos “condensados de crude” que desde o início da exploração em Temane, partem, para a África do Sul, todos os dias em 11 camiões TIR-cisterna? · 2 dia(s)


 **Araújo Abdula** Nos devemos ter a nossa refinaria para parar estes tipos coisas. · 2 dia(s)


 **Nanthula Nanthula Hs** Araújo Abdula esta questão o governo deve ser obrigado a ir a assembleia da república pra responder... Pena em moz não existe uma oposição. Existe um grupo de malucos metidos a políticos da oposição só pra ganhar algum do erário publico · 2 dia(s)


 **Saranga Alberto** Continente mais rico do mundo e o povo morrer de fome e fugir para Europa para ser escravizado · 2 dia(s)


 **Nanthula Nanthula Hs** Ladrão esse senhor, só k desta vez quem had entrar no chilondro por causa disso, são os seus comparsas do governo. Eles é que atuam em conluio com esses ladrões enquanto o povo sofre e o GAZ evapora pra africa do sul. Que coisa meu Deus!!! Quem disse k aqueles macondes e muadjas de cabo delgado vão permitir esse gasoduto? Gatunos. · 2 dia(s)


 **Antônio Dã Pãscöä** Sao destruidor do nosso pais, eles querem que moçambique vai em baixo · 2 dia(s)


 **Eduardo Mauzele** Merecia umas sovas no Palco mesmo. · 1 dia(s)


 **Monjane** Colonialismo e roubalheira! Como é que um governante com o mínimo de lucidez permitiria isso acontecer? · 2 dia(s)


 **Gyl Correia** Continuem a pilhar o gás de Temane com os vossos comparsas mas deixem o de Rovuma para desenvolver Mocambique.1 · 2 dia(s)

 **Nanthula Nanthula Hs** Gyl Correia certo...em relação ao do rovuma, o povo de meter na cadeia todo um governo se possível pork é cúmplice de roubos dos recursos do povo/ do Estado. · 2 dia(s)


 **Mathause Sithoye** A única alternativa para se aceitar o envolvimento dos burladores da SASOL no negócio de gás do Rovuma, seria na condição de construírem uma refinaria aqui no país... podia ser na região Centro. Roubam-nos há décadas, ainda querem continuar a roubar-nos? Se Moçambique aceitar mais um gasoduto destes sanguessugas, não sabemos o que queremos. · 2 dia(s)


 **Abel Hari Domingos** Ao preço que compram só podiam renovar o desejo de pretenderem mais. Pergunta pertinente Magide, mas creio que ficarás sem resposta, pois que seja do domínio público, não houve desenvolvimento nenhum ancorado ao Projecto Sasol. · 2 dia(s)

 **Dom Mussunduya** PREÇOS BAIXOS? Ou BOLADA DOS CAMARADAS. · 2 dia(s)


 **Tomé Agostinho** onde ke ha pecado pra moçambicanos? fizemos o que? Um país dao


rico em recursos e onde a falta de emprego. deus ke nos trouxe resolve e santifica essa terra. · 2 dia(s)


 **Zinoh Januário** nos Mocambicanos vivemos fora de Moz. conseguimos ver o neocolonizacao que Mocambique sofre .com a democracia de capa faz deconta que pais democratico que o povo nao pode revender a injustica quo passa neste pais com nivel do custo da vida muito elevado? · 1 dia(s)

 **Juliao Muchanga** Será que somos tão burros que não podemos usar os

nossos recursos internamente e depois vender o remanescente? · 2 dia(s)

 **Kino Florentino Silva** Quer as vacas engordar mais que nunca! Maldita hora que existiram os vampiros de Salém. · 2 dia(s)

 **Francio Carlos Maunze** Não lhe queremos mais no nosso pais essa aí · 2 dia(s)

 **Abdul Magide Sidi Hassam** O que trouxeram de desenvimento para Moz?... · 2 dia(s)

Sociedade

12ª Cimeira EUA-África: Standard Bank vai apoiar investimentos em Moçambique

O Standard Bank predispõe-se a assistir todos empresários, incluindo os norte-americanos, interessados em investir em Moçambique, através da oferta de serviços financeiros, aconselhamento, identificação de parceiros e stakeholders, com vista a facilitar a implementação dos seus negócios no país.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz



Implantado em Moçambique há mais de 125 anos, o Standard Bank é o maior banco no continente africano em termos de activos, com representações em 20 países africanos, onde cobre cerca de 53 por cento da população e 60 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do continente.

Após participar no painel sobre “Promoção da Industrialização no Sector de Bens de Consumo”, no âmbito da 12ª Cimeira Estados Unidos-África, Chuma Nwokocho, administrador delegado do Standard Bank, garantiu, na quinta-feira, 20 de Junho, em Maputo, que o banco detém conhecimento profundo de vários sectores da economia africana.

“Para além de prestarmos serviços financeiros de forma abrangente, temos um histórico de promover a realização de negócios”, disse o administrador delegado, acrescentando que “estamos capacitados para ajudar os empresários, dando-lhes conhecimento profundo das oportunidades que existem em Moçambique de modo a investir de forma proveitosa, sobretudo

nas áreas onde temos uma forte participação, nomeadamente energia, infraestruturas, agricultura, consumo, entre outros”.

Em relação à “Promoção da Industrialização no Sector de Bens de Consumo”, Chuma Nwokocho considerou que o continente africano tem um enorme potencial, uma vez que, em termos demográficos, a população africana está a crescer e, entre 2020-2050, deverá duplicar, o que torna o futuro do continente, do ponto de vista de bens de consumo, impressionante.

No caso concreto de Moçambique, com cerca de 30 milhões de habitantes, dos quais a maioria é jovem, a economia está a crescer, prevendo-se que aumente, igualmente, o número de famílias com capacidade de procura e consumo de produtos.

“Por isso que temos que estar devidamente preparados, em termos culturais e tecnológicos, pois os clientes do futuro serão educados, bem informados, com acesso às tecnologias, que facilitarão a sua interacção com o mundo”, concluiu.

Desporto

Délcio Soares e Adelvino Nuvunga conquistam ouro para Moçambique nos 1ºs Jogos Africanos de Praia

Délcio Soares e Adelvino Nuvunga foram imperiais e invencíveis na 1ª edição dos Jogos Africanos de Praia, que decorreu em Cabo verde com a participação de 18 selecções, e conquistaram para Moçambique a medalha de ouro em voleibol de praia.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: CAVB

A selecção nacional iniciou o torneio que decorreu na Cidade de Sal, na passada quinta-feira (20), com uma sofrida vitória sobre a Gâmbia, por 2 sets a 1 pelos parciais 21-19, 15-21 e 15-11.

Na sexta-feira (21) Délcio e Adelvino suplantaram a selecção da República Democrática do Congo por 2 sets a 0, com os parciais 17-21 e 14-21.

Nos quartos-de-final os moçambicanos tiveram de suar para dar a volta ao marcador e derrotar a selecção do Quênia por 1 set a 2, pelos parciais 18-21, 23-21 e 6-15.

Ainda neste sábado (22) Délcio e Adelvino voltaram a praia para vencer a selecção de Angola, nas meias-finais, por 2 sets a 0, com os parciais 18-21 e 15-21.

Imperial a selecção de Moçambique mostrou a sua força e arrumou o Gana em 32 minutos por 2 sets a 0, pelos parciais 21-12 e 21-15.

Recorde-se que Délcio Soares e Adelvino Nuvunga vão representar o nosso país, e o continente africano, no mundial de vôlei de praia que vai ser disputado no próximo mês na Alemanha.

A selecção feminina, constituída por Jéssica Moiane e Vanessa Muianga, quedou-se na 10ª posição tendo se estreado com uma vitória sobre a República Democrática do Congo por 2 sets a 1, com os parciais 18-21, 21-16 e 15-9, diante do Marrocos a nossa selecção foi derrotada por 2 sets a 0 e a vitória sobre a Namíbia, por 1 set a 2, não foi suficiente para o apuramento para os quartos-de-final.



Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.


 goste de nós no facebook.com/JornalVerdade


Jornal @Verdade


Na semana passada a organização norte-americana Rede de Sistemas de Alerta Antecipado de Fome (FEWS) alertou que Moçambique enfrenta a pior insegurança alimentar desde 2016 e que existe um atípico e elevado número de famílias numa situação de carência alimentar. Confrontado pelo @Verdade o ministro da Agricultura e Segurança Alimentar garantiu: “essa situação não existe”.


<http://www.verdade.co.mz/nacional/68753>




 **Bichehe Taibo Taibo** Se ele nunca vai Procura da comida, ao contrário a comida é que vai a procura da boca do ministro · 10 h

 **Joao Muaquiua Muaquiua** Pena participei em algumas reuniões com ele antes de ministro e sente ele muito critico achando que quando ele assumi-se a pasta de ministro algo mudaria na agricultura. · 1 h


 **Rogério Ratibo** É só tristeza, acho basta subirem já vão lá com mente lavada. · 1 h


 **Paulo Alberto Caetano** Os americanos fizeram um estudo, foram até as zonas rurais.... e tiraram essa conclusão. O Ministro olhou para a sua barba e chegou a conclusão dele. · 14 h


 **Rogério Ratibo** Desculpa qualquer coisa Sr Ministro, qual é a base que você tem para desmentir um estudo feito na área de Agricultura em Moçambique pela USAID sendo essa uma organização que tem dado muito na Agricultura Moçambicana? Procure se informar na base sobre dados reais da Agricultura em Moçambique, por outra, fale com os extensionistas


do Ministério de Agricultura para poder lhe dizer a verdade, eu trabalhei para um projecto da USAID e essa dava condições ao técnico para trabalhar e fazer um levantamento real, depois entrei no Governo, encontrei uma outra realidade. Como é possível um técnico do Governo que não tem mota e combustível pode dar um relatório a dizer que atingiu 120% de meta mensal? A maioria dos técnicos do Governo sentam em baixo da mangueira é aponta os dados da cabeça e ppr outra os dados são manipulados na planificação, isso começa a nível do SDAE, depois vai a nível Distrital (inocentes acabam se baseando nos dados recebidos), do Distrito sobe para Província e de Província vem a si, tendo em conta que cada instituição tem metas a atingir e a tendência é atingir em todos custos para justificar o trabalho. É triste mas é a realidade que vivemos, pessoalmente fui protagonista, se você não dá relatório é visto como incompetente no Governo mas condições de trabalho não dão. Se o extensionista tem Mota enfrenta com problemas de combustível, se tem combustível não tem mota ou não tem acessórios


para reparar a mota. Devia simplesmente calar Sr Ministro porque mesmo se hoje banirem o seu ministério a Agricultura no seio dos produtores irá manter. Nunca quis expor isso nas redes sociais, mas fiquei chocado com a coragem de desmentir o óbvio. Estou aberto para mais esclarecimentos. tenciosamente Rogério Zacarias Ratibo Ex Extensionista da CLUSA MOÇAMBIQUE - Projecto Gate Soja (USAID) Ex Supervisor de SEAG Ex Supervisor da INOVAGRO -IDAI Ex Planificador do SDAE Ex Extensionista do SDAE. · 11 h


 **NZ Nihio** Acho que desde naquele ano que nasceste hoje falaste tipo eu · 7 h


 **Benedito Mário Muimela** Meu irmão mesmo. Pena que o ministro não terá tempo de ver esta Verdade. Foi bom. · 5 h


 **Rogério Ratibo** Certamente que não vai mas o irmão Benetido viu e outros, pelo menos dá para perceber que estamos mesmo em alerta. · 4 h


 **Jacinto Siqueira** O chefe dele até hoje pensa que galinha custa 50 meticais · 13 h


 **Raído Merinho Guilengue** Ele tem imensa razão, porque trabalha para ele mesmo e recebe bem para a família dele e não está para essas cenas de povo Moçambicano... · 12 h


 **Liliana Momade** Não existe no escritório mas sim no terreno, na vida real. · 12 h


 **Rock Filipe Chingotuane** Mas o se esperava dele mesmo, e aí vão exigir provas como sempre · 11 h


 **Paciente Da-Zona Eyy** essa gente para desmentir são bom · 14 h


 **Kino Florentino Silva** Verdade · 12 h


 **Paulo Mate** Quando é que já admitiram algo estes inéptos? Faz parte da sua doutrina. · 14 h


 **Marcos Da Silva Braga** Esse ministro mente mas que cachorro doente, o país numa crise braba, sei não. · 13 h


 **Angela Maria Serras Pires** Ele trabalhou para a Usaid através da Tervnoserv por isso é mais uma prova que a frelimo conspurca qualquer cidadão , este ministro deixou de ser sério e está vendido ao regime · 10 h


 **Dercio Cossa** Eu conheço tantas famílias nessa situação que ate posso apresentar ao sr ministro · 13 h

 **Carlitos Santos Manuel** Depois vao convocar uma conferência de doadores para pedir dinheiro para mitigar o impacto da insegurança alimentar... · 7 h


 **Flavio Chicuva** Para ele não há fome porque em casa dele come bem. O que mais irrita em Moçambique é que um governante moçambicano pode não saber ler!... Mas basta elogiar a Frelimo sempre estará no cargo. Mas se fazer algo a favor do povo?!... SERÁ exonerado na hora · 12 h


 **Jaime Joao Baptista Maya** Com as dividas ocultas tambem foi assim, desmentindo ate tudo vir de cima. · 14 h


 **Jimmy Banze** Sinceramente sr.Ministro não nos envergonhe · 13 h


 **Tiago Jordão Ernesto Saize** Ele nem compra e nem procura produzir


alimentos. Nós que convivemos e vivemos as realidades de alguns povos moçambicano bem sabemos que há pessoas se almoçam não sabem se jantam ou melhor planificam se é melhor jantar ou almoçar e o grande problema é o que jantar ou o que almoçar. Sua excelência não adianta desmentir uma realidade que bem conhece ou que não procura conhecer. · 11 h


 **Cremildo Watt** Como ele pode aceitar isso?! Se ele vive um luxo inédito e come a fartura e está rodeado por regalias...! Consequências são essas, Ele pensa que todo moçambicano vive assim. Por isso alguém falou de frango de 50mt e não é de se admirar o pronunciamento do sr. Ministro · 13 h

 **Melo Kufo** Ele sabe mto bem so esta nos fazer de malucos... vamos mudar isto irmaos pk a decisao esta conosco · 12 h

 **Elisio Ngóna** Um ladrao nunca aceita o erro que fez só pode dizer que eles dizem que robei · 14 h

 **Edson Mauricio Edson** Claramente com pessoas a piorar essas razões · 14 h

 **Pedro Soares** Este falou como político e não como um académico. · 14 h

 **Jorge Ferreira** Nao conhece a terra dele... · 13 h

Em resultado da DFI sobre Gás Natural Liquefeito: Standard Bank vai alocar um montante significativo no financiamento de cada linha de crédito comercial

Moçambique poderá dar início a um processo de desenvolvimento, tornando-se num país de rendimento médio a longo prazo, com a produção de Gás Natural Liquefeito (GNL) onshore, em 2024 e GNL offshore, em 2022, na sequência da Decisão Final de Investimento (DFI), anunciada, recentemente, em Maputo, pela Anadarko.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

Nos próximos 5 a 6 anos, prevê-se um aumento significativo das actividades económicas em Moçambique, sendo que os dois projectos têm uma obrigação para com o Conteúdo Local, que, no caso da área 1, é de 2,5 biliões de dólares norte-americanos, razão pela qual esta DFI terá um efeito positivo no futuro da economia de Moçambique.

O director de Petróleo e Gás para a África Subsaariana do Standard Bank, Paul Eardley-Taylor, participou no painel sobre “África na Iminência do Boom do Gás Natural Liquefeito”, inserido na 12ª Cimeira Estados Unidos-África e considerou que, com o decorrer do tempo, as vendas do gás vão gerar receitas que poderão beneficiar os moçambicanos: “É o primeiro de duas DFI que devem ocorrer ainda este ano”, disse.

O Standard Bank trabalha, desde 2013, na área 1, cujo operador é a Anadarko, onde, para além de prestar serviços financeiros, realizou um estudo macroeconómico para o respectivo projecto de Gás Natural Liquefeito, que constituiu o objecto da Decisão Final de Investimento, anunciada, recentemente, pela multinacional norte-americana.

“Os desembolsos ainda estão a ser finalizados. No entanto, o Standard Bank vai alocar

um montante significativo no financiamento de cada linha de crédito comercial e a linha de crédito de exportação sul-africana que esperamos que desempenhe um grande papel no financiamento do projecto de GNL de Moçambique”, frisou.

Num outro desenvolvimento, o director de Petróleo e Gás para a África Subsaariana do Standard Bank sustentou que no mercado de GNL, Moçambique pode vir a desempenhar um papel crucial, pois prevê-se que a demanda mundial por GNL aumente 4 por cento, por ano, projectando-se que cerca de 430 milhões de toneladas de GNL serão necessárias até 2040, sendo que Moçambique pode fornecer até 25 por cento desta demanda em crescimento.

O GNL pode ser exportado directamente para a Ásia, para mercados importantes como Índia, China, Coreia e Japão. Moçambique também pode exportar GNL para a Europa à medida que alguns fornecedores europeus reduzirem a produção do gás natural. Assim, se espera que Mo-



cambique se torne no fornecedor mundial número 4 ou 5 de GNL.

“O projecto de GNL de Moçambique representa uma série de investimentos de 128 milhões de dólares norte-americanos que podem ser alocados nos sectores de Petróleo e Gás e outros sectores associados em Moçambique, até 2025. O que acontece no mundo, e não será excepção para Moçambique é que existem várias oportunidades para a participação da economia moçambicana”, frisou.

Para além de vários postos de trabalho resul-

tantes do efeito económico indirecto induzidos pelo projeto de GNL, na bacia do Rovuma, existem várias obrigações de Conteúdo Local nos dois projectos onshore, na ordem de 5,5 biliões de dólares norte-americanos, sendo que a percentagem das obrigações de Conteúdo Local irão aumentar no futuro.

Com efeito, o Standard Bank pretende estabelecer parcerias por via das diferentes áreas operacionais para ajudar, através da sua Incubadora de Negócios, as empresas que irão surgir ou crescer como resultado da implementação dos projectos de GNL, na Bacia do Rovuma, em Cabo Delgado.

Segundo o director de Petróleo e Gás para a África Subsaariana do Standard Bank, Paul Eardley-Taylor, o banco participou, recentemente, no concurso para o financiamento, devendo alocar um montante significativo a cada uma das linhas de crédito, cujo acordo financeiro prevê-se que seja concluído até ao final deste ano.

“No futuro, além do crédito que iremos alocar, o Standard Bank pretende continuar a oferecer serviços financeiros ao projecto de GNL e também dar financiamento e serviços bancários para o projecto de GNL da Bacia do Rovuma”, concluiu.

Barclays Bank Moçambique culpa “diminuição das taxas de juro em 2018” pela redução de receitas de 4 para 3 biliões de Meticals



O Barclays Bank Moçambique facturou 3,3 biliões de Meticals no ano passado menos 700 milhões do que em 2017 e justifica: “Como consequência da diminuição das taxas de juro em 2018, a margem financeira registou uma diminuição quando comparada com o ano anterior”. Ainda assim, o banco dirigido por Luísa Diogo, aumentou os seus resultados líquidos de 1,1 para 1,4 bilião de Meticals investindo ainda mais na dívida pública de interna.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

[continua Pag. 06](#) →

Governo vai rever Contrato com ENI para Área 4 “a qualquer momento”

O Governo de Moçambique vai rever, “a qualquer momento” segundo o ministro Ernesto Max Tonela, o Contrato de Concessão de Pesquisa e Produção com a multinacional ENI Est Africa S.p.A., para a Área 4 Offshore do Bloco do Rovuma.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

“Os contratos de 2006, os Contratos de Concessão de Pesquisa e Produção, a perspectiva era encontrar petróleo mas foi encontrado gás”, explicou ao @Verdade o ministro dos Recursos Minerais e Energia, Ernesto Max Tonela, quando questionado sobre o Decreto 47/2019.

De acordo com Tonela: “A forma de monetização do petróleo é diferente da monetização do gás natural, o 1º Acordo Complementar de 2017 foi para abrir a entrada da ExxonMobil não se abriu as questões, agora que já temos as condições para aprovar o Plano de Desenvolvimento é preciso fazer as modificações para adequar às questões do gás natural”.

“O petróleo, como disse além, tira-se do mar, põe-se em barril e exporta-se, o gás na forma líquida envolve outro tipo de projectos e o Decreto lei vai estabelecer o quadro legal”, esclareceu o governante.

Aprovado no passado dia 14 de Maio pelo Conselho de Ministro o novo diploma legal tem em vista permitir a exploração de gás natural através de



uma fábrica flutuante que o irá extrair no campo de Coral Sul, na Área 4 do Bloco do Rovuma, e o liquefazer antes da sua exportação e será revisto através da assinatura de um 2º Acordo Complementar.

Os termos da revisão visam a “Constituição e funcionamento de Entidades de Objecto Específico constituídas para efeitos de empreendimentos da Área 4; Ponto de entrega de Gás Natural Liquefeito; Determinação do valor do Gás Natural produzido e do Gás Natural Liquefeito; Venda conjunta pelas concessionárias da Área 4 à empresas afiliadas e não afiliadas; Pagamento do valor da quota-parte do Governo e da Concessionária”.

O novo acordo, que será rubricado “a qualquer momento” pelo ministro Ernesto Max Tonela em representação de Moçambique e o representante da ENI, petrolífera que lidera o consórcio a par da norte-americana ExxonMobil, da chinesa CNPC, da sul-coreana Kogas, da portuguesa Galp e da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos.



→ continuação Pag. 05 - Barclays Bank Moçambique culpa “diminuição das taxas de juro em 2018” pela redução de receitas de 4 para 3 biliões de Meticals

Embora no Relatório e Contas analisado pelo @Verdade indique que foi “crucial para o desempenho financeiro de 2018 a captação de novos clientes, associada à actualização da base de dados de clientes existentes e à reactivação de contas” o Barclays culpa a obtenção de menos lucros a “diminuição das taxas de juro em 2018, a margem financeira registou uma diminuição quando comparada com o ano anterior”.

O Barclays Bank Moçambique assinala que a margem financeira líquida diminuiu 16 por cento quando comparada com o ano anterior devido a uma combinação das seguintes variáveis: “Taxas de juro mais baixas prevalentes durante a maior parte do ano, quando comparadas com o ano anterior, como consequência da dinâmica do mercado: ou seja, diminuição da inflação ao longo do ano e introdução da taxa de referência (PLR - prime lending rate) pelo Banco Central durante o ano de 2017. A última baseou-se na nova taxa de política monetária, a MIMO, que foi usada como instrumento para intervenção pelo Banco de Moçambique. Tal teve um impacto de contracção na taxa média de rendimento dos activos durante o ano, resultando numa redução anual, apesar do crescimento dos activos totais. Os ajustes às taxas de juro realizados pelo Banco Central assinalaram uma mudança fundamental no ciclo das taxas, da contenção para a flexibilização, devido às melhorias macroeconómicas no país”.



Demonstração de resultados e de outro rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018			
		2018	2017
	Nota	MZN'000	
Juros e rendimentos similares	5	5 159 369	5 526 543
Juros e custos similares	6	(1 768 846)	(1 474 484)
Margem financeira		3 390 523	4 052 059
Rendimentos com serviços e comissões	7	647 525	559 220
Encargos com serviços e comissões	7	(193 860)	(204 348)
Rendimento líquido com serviços e comissões		453 665	354 872
Resultados em operações financeiras	8	584 064	372 134
Outros rendimentos	9	62 275	7 552
Produto bancário		4 490 527	4 786 617
Perdas de crédito esperadas	10	301 065	(279 058)
Rendimento operacional líquido		4 791 592	4 507 559
Custos com pessoal	11	(1 439 832)	(1 434 655)
Custos de infraestrutura	12	(772 534)	(719 584)
Gastos gerais administrativos	13	(829 784)	(814 330)
Custo operacional		(3 042 150)	(2 968 569)
Lucro antes de impostos		1 749 442	1 538 990
Imposto sobre o rendimento	14	(369 084)	(436 275)
Lucro do exercício		1 380 358	1 102 715
Outro rendimento integral			
Itens que não podem posteriormente ser reclassificados para lucro ou prejuízo:			
Remensurações de benefícios com reformados		60 740	(27 789)
		60 740	(27 789)
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para lucro ou prejuízo:			
Activos detidos para venda			
Ganho líquido nos activos detidos para venda durante o exercício			29 207
Movimento no justo valor de Instrumentos de Dívida designados ao justo valor através de outro rendimento integral			
Ganhos do justo valor durante o exercício		109 356	
Movimento de perdas de crédito esperadas		(81 995)	
Ganhos do justo valor referente a impostos		(34 994)	(454)
Total de outro rendimento integral líquido do imposto		53 107	964
Rendimento integral do exercício, líquido do imposto		1 433 465	1 103 679

“O aumento da carteira de crédito durante o ano de 2018 está alinhado com o ambiente da diminuição das

taxas durante a maior parte do ano, embora não seja suficiente para compensar a diminuição das margens, devido ao impacto da taxa de juro”, queixa-se o banco dirigido pela antiga primeira-ministra de Moçambique.

18 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Bilhetes de Tesouro			
Banco		6 067 946	-
		6 067 946	-
Obrigações de Tesouro			
Banco		3 719 757	-
		3 719 757	-
Instrumentos de capital não cotados ao custo		41 173	-
		41 173	-
Total de activos financeiros disponíveis para venda		9 828 876	-
Saldo em 1 de Janeiro		7 533 029	-
Adições		10 549 582	-
Perdas de crédito esperadas		(460 588)	-
Titulos vencidos		(8 366 967)	-
Ganho de justo valor durante o exercício		573 820	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		9 828 876	-

Barclays triplicou resultado líquido comparativamente ao ano anterior a crise em Moçambique

O @Verdade que apurou que, tal como os restantes bancos comerciais, o Barclays continua a investir progressivamente na dívida pública interna como forma de obter ganhos e aumentou a sua carteira Obrigações do Tesouro de 2,1 para 3,7 biliões Meticais e os Bilhetes do Tesouro aumentou de 5,3 para 6 biliões de Meticais, além de juros altos estes títulos usado pelo Governo de Filipe Nyusi para financiar o deficitário Orçamento de Estado não estão sujeitos aos 32 por cento de Imposto sobre o Rendimento.

“O balanço do Barclays Bank

Moçambique cresceu 26 por cento em 2018 em consequência do crescimento nos depósitos dos clientes, mas também em consequência dos lucros gerados durante o ano. Houve um aumento no volume total de títulos

detidos em carteira, bem como no crédito interbancário, que cresceu de cerca de MZN 7 500 milhões (sete mil e quinhentos milhões de Meticais), representando 25% dos activos totais em 2017, para um total de cerca de MZN 9 800 milhões (nove mil e oitocentos milhões de Meticais), representando 26% dos activos totais em 2018. Esta estratégia permitiu ao Banco ter um bom equilíbrio entre empréstimos directos e activos líquidos e, simultaneamente, um bom perfil de crédito do activo total”, admite a instituição financeira.

Apesar da menor facturação o Barclays Bank Moçambique aumentou o seu resultado líquido para 1,4 bilião de Meticais, mais 25,18 por cento relativamente a 2017 e quase o triplo do exercício anterior a crise.

Académicos à favor da criação de fundo soberano em Moçambique

A posição do Banco de Moçambique (BM) sobre a necessidade imediata de criação de um fundo soberano no nosso país com as receitas que estão a entrar para a indústria do gás natural foi secundada por académicos moçambicanos durante as suas IX Jornadas Científicas que decorreram na passada sexta-feira na Cidade da Matola.

O General António Hama Thay e jovens os académicos António Ornelle Sendi, Egas Daniel, Kevin Mataruca e Paulo Matavela concordaram que Moçambique precisa de definir um mecanismo, formal, sistemático e que obedeça aos padrões de transparência, independência e responsabilização que permita que os biliões de dólares que vão entrar para a indústria do gás natural na Província de Cabo Delgado sejam gastos de forma a que todos os moçambicanos sintam que estão a usufruir dessas riquezas.

De um rol de dezenas de “papers” submetidos às IX Jornadas Científicas Anuais do BM apenas três foram seleccionados, o General António Hama Thay e o académico António Ornelle Sendi apresentaram um modelo estru-

turado de como poderá ser um fundo soberano em Moçambique assim como uma regra fiscal de como a receitas seriam passadas para o Orçamento de Estado.

Egas Daniel e Kevin Mataruca sugeriram que em termos de horizonte temporal Moçambique precisa de algum tempo para equilibrar a Conta Corrente, sanear a Dívida Pública e melhorar a estrutura macroeconómica antes de constituir um fundo soberano.

Já Paulo Matavela assinalou como desafios fundamentais para a constituição de um fundo soberano no nosso país o facto das instituições serem fracas e que precisam a sua governança, no entanto defendeu que o fundo é necessário para a estabilização da volatilidade dos



preços das mercadorias, para a poupança e ainda para o desenvolvimento de infra-estruturas.

Além dos académicos o economista e agora vice-presidente do Banco Africano de Desenvol-

vimento, Mateus Magala, advogou que a criação de um fundo soberano em Moçambique deve ser legitimado através de debates inclusivos com todos actores da sociedade e e também obter a credibilidade internacional.

“A criação do fundo soberano, é a melhor aposta que se conhece de momento na tentativa de se determinar a proporção de receitas que deve ser investida para assegurar uma sustentabilidade fiscal e económica a longo termo contra o que deve consumir imediatamente após a obtenção dos rendimentos”, assinalou Magala.

Na óptica do economista moçambicano “O Fundo ajuda a responder a questão da fasquia das mais-valias que devem ser transferida aos cidadãos relativamente ao que deve ser gasto pelo Estado. Além de servir de almofada para amortecer as oscilações estruturais das receitas devido as flutuações dos preços do gás, o Fundo serve para determinar o tipo de investimentos a longo prazo que são desejáveis”.

Texto e Foto: Adérito Caldeira

Renamo conformada com recenseamento submete candidatura de Momade e promete “a população de Gaza vai votar na Renamo”



Apesar dos “esquemas fraudulentos” que denunciou terem-se confirmado a Renamo mostrou-se conformada com os resultados do Recenseamento eleitoral e submeteu, nesta quarta-feira (26), a candidatura de Ossufo Momade à Presidência de Moçambique. No entanto, na ausência do candidato, o secretário-geral do maior partido de oposição prometeu “a população de Gaza vai votar na Renamo, podem ter certeza vamos arrancar todos aqueles mandatos”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: RENAMO

continua Pag. 08 →

Ministro da Agricultura desmente alerta da USAID sobre pior insegurança alimentar desde 2016, “essa situação não existe”

Na semana passada a organização norte-americana Rede de Sistemas de Alerta Antecipado de Fome (FEWS) alertou que Moçambique enfrenta a pior insegurança alimentar desde 2016 e que existe um atípico e elevado número de famílias numa situação de carência alimentar. Confrontado pelo @Verdade o ministro da Agricultura e Segurança Alimentar garantiu: “essa situação não existe”.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

A mais recente publicação da FEWS NET, entidade da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), alerta para situação de emergência humanitária que se vive provocada pela passagem dos ciclones Desmond, Idai e Kenneth, chuvas torrenciais e inundações, no Centro e Norte, e pela seca, no Sul de Moçambique.

A publicação indica que 67.500 crianças com idades entre seis e 59 meses sofrem de malnutrição aguda dentre as quais 6.500 crianças sofrem de malnutrição severa aguda.

A FEWS NET refere que entre Maio e Junho, a assistência humanitária dirigida a populações com fome atingiu 1,6 milhões de pessoas nos distritos afetados por ciclones no Centro e Norte do país, porém “muitos agregados que ainda não recebem nenhum tipo de assistência alimentar”.

“A produção agrícola da época 2018/2019 estará significativamente abaixo da produção da época 2017/2018 e abaixo da média dos últimos cinco anos”, pode-se ler também na publi-



cação que alerta que as famílias que ainda têm alguns alimentos nos seus celeiros poderão ficar sem nada até Setembro, devido a uma colheita significativamente baixa.

O ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, Hígino de Marrule, confrontado com

o documento pelo @Verdade declarou que a situação de insegurança alimentar descrita “É uma coisa nova para mim”.

“A FEWS NET? É a informação que eles tem, essa situação não existe” declarou o ministro que explicou: “Nós tivemos aquela situação de ciclones que atingiram 1,5 milhão de pessoas, isso é um facto. Depois do ciclone temos uma situação de 1,5 milhão de pessoas que perderam quase tudo, estão em processo de recuperação. O esforço inicial que nós fizemos, em conjunto com a FAO e outros parceiros, foi a distribuição de sementes, alguns já estão a colher. Outros estão na situação de ainda semear mas temos o PMA e outras organizações que estão a fazer o suplemento alimentar até ao próximo ano”.

Hígino de Marrule, acompanhado pelo representante da FAO em Moçambique, Olman Serrano, acrescentou que: “na semana passada o Conselho de Ministros desmantelou a situação de Emergência Nacional, então o Governo é tão irresponsável a ponto de desmantelar, seria algo contraproducente”.



→ continuação Pag. 07 - Renamo conformada com recenseamento submete candidatura de Momade e promete "a população de Gaza vai votar na Renamo"

Sem pompa e nem a presença do seu líder e candidato à Ponta Vermelha o partido Renamo entregou ao Conselho Constitucional dos documentos que formalizam a candidatura de Ossufo Momade à Presidência de Moçambique.

"O presidente Ossufo Momade não veio presenciar este acto por uma razão muito simples, o presidente Ossufo Momade está neste momento na Gorongosa, ele está a fazer o acompanhamento do diálogo em relação aos assuntos militares a partir da Gorongosa, está a dirigir o partido a partir da Gorongosa, então logo que as condições estiverem criadas ele há-de vir aqui" explicou a jornalista o secretário-geral, André Magibire, que liderou a comitiva de ilustres deputados e outros membros de topo do partido Renamo.

De acordo com Magibire o maior partido de oposição pretende vencer a eleição de 15 de Outubro próximo para "acabar com o sofrimento do povo moçambicano".

O secretário-geral disse que o "ambiente interno dentro da Renamo está muito saudável" e esclareceu, sobre o processo de paz, "que a equipa da Renamo no DDR procedeu a identificação das bases e também identificou os possíveis locais de acantonamento. Se dependesse de



nós, sobre o Acordo de Paz, hoje poderíamos assinar, mas não é somente assinar por assinar há passos que devem ser dados e esses passos estamos a acompanhar atentamente e acreditamos que vamos chegar a um acordo".

Relativamente ao Recenseamento eleitoral que o presidente do partido denunciou atrasos, irregularidades e "esquemas fraudulentos" organizados pelo partido Frelimo para "perpetuar-se no poder de forma ilícita e ilegítima", André Magibire declarou: "Os resultados do recenseamento eleitoral sobretudo na Província de Gaza aquilo é uma autêntica vergonha, não se explica que uma província suba acima de 10 mandatos, aquilo é ridículo".

"Tenho a certeza que a população de Gaza vai votar na Renamo, podem ter certeza vamos arrancar todos aqueles mandatos"

"Nós temos que trabalhar de forma a séria, os moçambicanos querem seriedade, querem-me dizer que na Província de Gaza ninguém morre, ninguém viaja, uma pessoa com 5 anos depois já tem capacidade eleitoral? Temos que parar com esse tipo de brincadeira, nós queremos que as eleições sejam livres, justas e transparentes mas o que está a acontecer foi uma situação propositada que até descredibiliza o próprio Instituto Nacional de Estatística", afirmou.

Para o partido Renamo o

Recenseamento para as Eleições Gerais deste ano "foi um programa desenhado de forma a baixar os mandatos nas províncias de Nampula, Sofala, Tete, Zambézia e tantas outras e aumentar eleitores para Gaza. Porque é em Gaza onde a Frelimo pensa que tem hegemonia, mas eu quero vos garantir aqui que a Renamo vai perseguir esses mandatos em Gaza, vamos arrancar esses novos que aumentaram".

André Magibire enfatizou que: "A população da Gaza também sofre como nós, a população de Gaza também está a pagar as dívidas ocul-

Tenho a certeza que a população de Gaza vai votar na Renamo, podem ter certeza vamos arrancar todos aqueles mandatos".

Com o cenário montado para o sexto pleito injusto e com a falta de transparência que o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e a Comissão Nacional de Eleições (CNE) nos habituou é expectável que Ossufo Momade, tal como o seu antecessor, não reconheça os resultados das Eleições Gerais de 15 de Outubro e, se não entregar todas as armas na posse dos seus guerrilheiros, Moçambique poderá voltar



tas tal como nós, tem problemas de saúde como nós, a população de Gaza tem todos os nossos problemas.

para um novo ciclo de instabilidade política e militar, como tem acontecido na última década.

Nyusi foi ao Egito assistir abertura do CAN e passear nas pirâmides

A primeira visita oficial de Filipe Nyusi ao Egito, um país sem trocas comerciais com Moçambique, foi o argumento para que o Presidente pudesse assistir a abertura do Campeonato Africano da Nações (CAN) em futebol que iniciou no passado sábado (21).

Texto: Adérito Caldeira • Foto: CAF



Oficialmente a visita do Chefe de Estado moçambicano foi para a "consolidação e aprofundamento das relações de amizade e cooperação existentes entre Moçambique e Egito, nos domínios bilateral e internacional e constituirá uma oportunidade dos dois países definirem estratégias para o reforço das relações políticas, económicas e empresariais", porém na noite da sua chegada Filipe Nyusi foi um único Presidente africano que acompanhou Abdel Fattah El - Sisi durante a faraônica cerimónia de abertura do CAN de 2019.

Para além das relações históricas, que remontam aos tempo da Luta Armada, Moçambique e o Egito não tem quase nenhum tipo de relação actual. Em termos económicos e empresariais as cifras são tão inex-

pressivas que nem sequer constam da Balança de Pagamentos compilada pelo Banco de Moçambique e a situação não deve altera-se mesmo com as promessas de investimentos no sector de gás natural.

Aliás se algum potencial existisse nesse sector seria indicado o ministro dos Recursos Minerais, seu adjunto, ou o PCA da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos participarem da comitiva, o que não aconteceu.

Entre visitas a instituições públicas e passeio pelas pirâmides em termos políticos, e apesar do Egito ocupar a presidência rotativa da União Africana, o encontro oficial com o Presidente Abdel Fattah El - Sisi foi mais curto do que o tempo que juntos passaram no Estádio Internacional do Cairo.

Primeiro-ministro regressa dos EUA sem dólares e com TPC para reconstrução pós-ciclones em Moçambique

Defraudada a tentativa de colocar os Parceiros de Cooperação a pagarem toda a reconstrução e investimentos nas zonas directa e indirectamente afectadas pelos ciclones Idai e Kenneth o primeiro-ministro esteve nos EUA mas não conseguiu nenhum desembolso, sequer do 1,2 bilião de Dólares prometidos na Conferência de Doadores. "Teremos que repartir um pouco mais o pacote que saiu da Beira, em vários pequenos pacotes muito bem estruturados, muito bem direccionados, para que possamos vende-los aos nossos parceiros" disse Carlos Agostinho do Rosário.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: GPM



-los aos nossos parceiros de forma fácil. Há quem queira apoiar a Saúde, outros Água, outros Habitação, então nós temos que preparar esses pacotes e aproximar-nos aos nossos amigos quer nas instituições internacionais, mesmo amigos personalidades como o ex-Presidente Clinton", disse a jornalista o primeiro-ministro.

Carlos Agostinho do Rosário explicou que Moçambique tem de "fazer um cronograma, uma matriz do que fazer, o que fazer e quando fazer. As nossas embaixadas, todas elas, vão ter tarefas para trabalharem nesse sentido, os sectores do Governo também terá a sua quota parte, o nosso Gabinete de Reconstrução em

coordenação com as embaixadas fará também acções de seguimento para que possamos converter toda essa vontade, toda essa abertura dos nossos parceiros em ajuda concreta para que a reconstrução se faça em tempo oportuno".

Recorde-se que o Executivo de Nyusi quantificou em 3,2 biliões de Dólares norte-americanos as necessidades para reconstrução e recuperação da vida nas províncias de Sofala, Cabo Delgado mas também em Tete, Zambézia e Inhambane. Desse montante 1,5 bilião de Dólares são relativos a recuperação de bens públicos e privados e outro bilião e meio para injectar nas actividades económicas e sociais.

44 anos de independência de Moçambique continuam a ser celebrados como festividade do partido Frelimo

Pelo 44º ano consecutivo a celebração da independência em Moçambique confundiu-se com uma festividade do partido Frelimo tendo os partidos de oposição voltado a estar ausentes das cerimónias centrais que decorreram nesta terça-feira (25) em Maputo. Apesar da independência ser "inquestionável", como afirmou o Presidente Filipe Nyusi, não é verdade que "A subida da nossa bandeira nacional em 25 de Junho de 1975 significou (...) a conquista da Liberdade e dos Direitos fundamentais que sempre haviam sido negados ao nosso povo".

Texto: Adérito Caldeira

Foto: Presidência República



Os presidentes do partido Renamo e MDM assim como os seus mais altos membros não estiveram presentes em mais uma cerimónia de independência realizada numa praça onde parece só existir lugar para o repouso de heróis do partido no poder.

Aliás passadas mais de 4 décadas parecem não existir cidadãos, moçambicanos ou não, que não sejam membros ou simpatizantes do partido Frelimo dignos de reconhecimento nacional e que possam ser homenageados através das condecorações que este ano serão pelo menos 300.

"(...) Neste dia de festa reconciliamo-nos com a nossa história colectiva homenageando os nosso heróis conhecidos e anónimos. Reconciliamo-nos com a história recente homenageando homens e mulheres que conduziram o nosso país a liberdade moçambicana, e de moçambicanos e moçambicanas que estão a contribuir para consolidação do nosso Estado de Direito democrático, que estão a dar o seu máximo

continua Pag. 10 →

"A vitória (da Frelimo) prepara-se" desde o Recenseamento eleitoral em Moçambique



Os resultados do Recenseamento para as Eleições Gerais de 15 de Outubro em Moçambique, divulgados nesta segunda-feira (24), mostram como a Frelimo materializa o chavão de Samora Machel: "A vitória prepara-se, a vitória organiza-se". A CNE recenseou, no Círculo Eleitoral onde o partido no poder obtém "vitórias retumbantes", 1.166.011 cidadãos, quase o dobro de 2014, o que indica que a Província de Gaza teria apenas 256.449 menores de 18 anos muitos menos do que os mais 612 mil menores de 14 anos contabilizados pelo INE. "Recenseamos somente as pessoas que foram aos postos de recenseamento" garantiu o porta-voz da Comissão Nacional de Eleições.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →

China continua a ser o maior credor Bilateral de Moçambique pelo sexto ano consecutivo

A República da China continua a ser o país a quem Moçambique deve mais dinheiro, pelo sexto ano consecutivo, seguido de longe pelos créditos concedidos por Portugal, Japão e Líbia.

Texto: Adérito Caldeira

Os desembolsos dos financiamentos para a construção de ponte Maputo-Katembe, estrada Katembe/Belavista Ponta de Ouro, para a Reabilitação da Estrada Beira Machipanda e um tercei-

ro para a reabilitação do Cais do Porto de Pesca da Beira elevaram as dívidas de Moçambique com a China de 1,8 bilião de Dólares, em 2017, para 2,2 biliões de Dólares norte-americanos, a 31 de De-

zembro de 2018.

Portugal, a quem Moçambique deve cerca de 611 milhões de Dólares, é o segundo país maior credor enquan-

continua Pag. 10 →



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 09 - "A vitória (da Frelimo) prepara-se" desde o Recenseamento eleitoral em Moçambique

Quase um mês após o término do recenseamento eleitoral - que decorreu de 15 de Abril a 30 de Maio no território nacional e de 1 a 30 de Maio no estrangeiro - a Comissão Nacional de Eleições (CNE) aprovou no domingo (23), durante a sua 9ª sessão extraordinária, os dados recolhidos pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE): "Este recenseamento inscreveu 7.341.736 eleitores que se juntam aos 6.825.580 eleitores registados em 2018, totalizando 12.945.921 eleitores inscritos o que corresponde a 91,39 por cento".



Paulo Cuinica revelou a jornalistas que os números de mais um processo marcado por problemas com as máquinas de registo e outras irregularidades denunciadas pelos partidos de oposição e Organizações da Sociedade Civil, e que ficaram aquém da meta de recensear 14.166.321 eleitores, foram homologados "por cinco votos contra, zero abstenções e onze votos à favor".

O @Verdade apurou que votaram contra os membros indicados pelos partido Renamo e MDM enquanto os cinco indicados pelo partido Frelimo assim como os membros disfarçados da Sociedade Civil homologaram o recenseamento que tem muitos indícios de ter sido manipulado para favorecer ao partido no poder e os seus candidatos, sendo os números da Província de Gaza a evidência mais notável.

É que enquanto o IV Recenseamento Geral da População e Habitação, realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), apurou um aumento de apenas 15,1 por cento de cidadãos na Província de Gaza em 10 anos, eram 1.236.284 e passaram a ser 1.422.460 habitantes, o STAE e a CNE regis-

taram um crescimento de quase 100 por cento de eleitores em apenas 5 anos, eram 591.194 eleitores em 2014 e passaram a ser 1.166.011 em 2019.

"Recenseamos somente as pessoas que vem aos postos de recenseamento"

Mais estranho é que fazendo fé no recenseamento eleitoral entre o 1.422.460 habitantes 1.166.011 são maiores de 18 anos, portanto têm idade para votar, quer isto dizer que existem somente 256.449 menores na Província da Gaza! Aliás este número contrasta com o Censo que contabilizou 612.436 habitantes com menos de 14 anos de idade.



Confrontado com estes números Paulo Cuinica, o porta-voz da Comissão Nacional de Eleições, começou por argumentar que: "iniciamos com este processo em 2017, primeiro com o mapeamento dos postos de recenseamento onde participam os técnicos do STAE provenientes de todas as sensibilidades, participam os líderes comunitários que identificaram os postos de recenseamento. Foram estes postos de recenseamento que foram usados aquando do Recenseamento de 2018, que permitiu a realização das eleições Autárquicas".

"Depois disso fizemos a actualização dos postos de recenseamento, desse trabalho tivemos dificuldades em termos de alcance de consensos em cinco províncias, nós como Comissão Nacional de Eleições devolvemos o processo à proveniência, isto é para os distritos. Foi realizado de novo este trabalho e o processo foi, em todas as província que restavam, aprovado por consenso, o que fez com que a sessão de aprovação dos postos de recenseamento em todo o país, aqui ao nível da Comissão Nacional de Eleições, fosse das sessões mais curtas, porque havia consenso", declarou o porta-voz da CNE.

Cuinica, falando em conferência de imprensa na Cidade de Maputo, defendeu os números dos órgãos eleitorais declarando: "nós realizamos o re-

censeamento. Recenseamos somente as pessoas que vem aos postos de recenseamento, somente e só, e não outras".

794 assembleias, 118 provinciais e 676 distritais

Em termos práticos os números do Recenseamento mostram um crescimento assinalável de eleitores nos Círculos eleitorais favoráveis ao partido Frelimo o que se traduziu no aumento de mandatos para a Assembleia da República. A Província de Gaza que em 2014 elegeu 13 deputados passou a ter 22 mandatos. A Província de Maputo que tinha 17 mandatos passou a eleger 20 deputados e a Província de Cabo Delgado ganhou o direito de eleger mais um representante para a chamada "Casa do Povo".

Consequentemente as províncias de Nampula, Zambézia e Sofala, onde historicamente a oposição obtém melhores votações, perderam eleitores e ficaram com menos 9 lugares para o Parlamento.



Paulo Cuinica disse ainda que na sessão do passado domingo a CNE aprovou "o mapa de distribuição dos mandatos por província e por distrito, que resultaram em 794 assembleias dos quais 118 correspondem as listas provinciais, portanto 15 por cento. Para as listas provinciais são 676 mandatos, correspondentes aos 85 por cento das listas distritais, por força do Artigo 6 da Lei nº 3/2019 de 31 de Maio".

Portanto enquanto o maior partido de oposição está a lidar com o processo de Paz e com focos de conflitos internos, 37 novas formações políticas tentam organizar-se e a Sociedade civil está cada vez mais fragmentada e a tentar abocanhar o seu quinhão dos Parceiros de Cooperação a Frelimo já preparou a vitória e está a organizar-se para concretizar o desejo de Filipe Nyusi: "temos que vencer e convencer".

Jovens desafiados a sair da zona do conforto e a empreender novos negócios

O Standard Bank e a ideiaLab desafiaram, recentemente, em Maputo, 36 jovens empreendedores, inscritos na quinta edição do #Ideate Bootcamp a saírem da sua zona de conforto, para acrescentar valor e inovação para os seus negócios.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Este apelo foi feito durante a abertura do evento, pelo director de canais de distribuição e da banca digital do banco, Arsénio Jorge, aos participantes do #Ideate Bootcamp, desafiando-os a quebrar o "status quo", contribuindo, por exemplo, para a criação de mais postos de trabalho através das suas ideias.

"Não podemos aceitar as coisas como elas são feitas hoje. Devemos, sempre, inovar, trazendo ou propondo soluções que acrescentem valor. Vejo pessoas com vontades pávidas de transformar e recriar a forma como fazemos as coisas hoje", referiu Arsénio Jorge.

O #Ideate Bootcamp é um programa de imersão empresarial promovido pelo banco, através da sua Incubadora de Negócios, desenvolvido e

continua Pag. 11 →

→ continuação Pag. 09 - 44 anos de independência de Moçambique continuam a ser celebrados como festividade do partido Frelimo

para o desenvolvimento inclusivo de Moçambique" declarou o Chefe de Estado.

Sendo correcta a afirmação do Presidente Nyusi, "A nossa independência, duramente conquistada, é hoje inquestionável", já não corresponderam a verdade as suas palavras seguintes: "A subida da nossa bandeira nacional em 25 de Junho de 1975 significou o nascer de uma nacionalidade, significou igualmente a conquista da Liberdade e dos Direitos fundamentais que sempre haviam sido negados ao nosso povo".

Até ao início da Democracia, em 1992, a Liberdade e os Direitos fundamentais de uma grande parte dos moçambicanos esteve coartada e ainda hoje muitos não conseguem usufruir da independência a menos que sejam membros activos do partido Frelimo.

Aliás as questões que continuam a adiar a paz efectiva em Moçambique, seja pelo partido Renamo ou pelos insurgentes na Província de Cabo Delgado, estão relacionadas com a violação dos Direitos Fundamentais à universalidade e igualdade, à unidade nacional e mesmo à vida.

→ continuação Pag. 09 - China continua a ser o maior credor Bilateral de Moçambique pelo sexto ano consecutivo

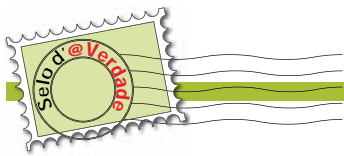
to o Japão ocupa a terceira posição.

Gás edificada na Cidade de Maputo.

De acordo com Conta Geral do Estado de 2018 a dívida de Moçambique ao Japão ascendeu a 300 milhões de Dólares com o financiamento disponibilizado no ano passado para a Central de Ciclo Combinado de

Outros credores importantes do nosso país são a Líbia, a quem Moçambique deve 257 milhões de Dólares, e a Coreia do Sul, a dívida ascende a 243 milhões de Dólares norte-americanos.

BILATERAL	310.202.400	20.364.623	11.398.797	-14.468.918	333.638.144
BILATERAL/CLUBE DE PARIS	80.920.896	6.052.523	4.943.981	-3.597.307	85.626.544
Bilateral/OCDE	64.365.717	6.052.523	4.300.930	-2.907.913	69.024.323
AUSTRIA	896.095	104.270	0	-163.331	1.163.695
FRANÇA	13.595.352	192.316	762.887	397.258	12.627.523
JAPÃO	8.587.095	5.028.672	58.392	-4.489.011	18.046.987
PORTUGAL	40.729.813	727.264	3.396.087	1.370.851	36.690.139
ESPAÑA	556.962	0	83.564	-22.580	495.978
Clube de Paris- Nao OCDE	16.554.979	0	643.051	-490.293	16.602.221
BRAZIL	10.713.755	0	153.204	-445.198	11.005.748
RUSSIA	5.841.224	0	489.847	-245.096	5.596.473
BILATERAL/OUTROS	229.281.794	14.312.191	6.454.816	-19.872.611	248.011.690
Da Europa do Leste	18.944.641	645.027	153.336	-1.417.106	20.853.438
BULGARIA	3.377.832	0	0	-139.876	3.517.708
BELGICA	461.438	0	11.679	-19.758	469.226
COREIA DO SUL	12.793.472	645.027	0	0	14.590.158
POLÓNIA	1.268.148	0	0	-52.514	1.320.662
ROMÉNIA	703.111	0	49.446	-28.109	681.774
EX-JUGOSLÁVIA (SERVIA)	350.040	0	91.920	-15.150	273.870
Países - OECD'S	30.323.889	157.392	80.932	-1.267.447	31.667.794
KUWAIT	2.041.745	157.392	80.932	-465.263	2.214.467
IRAQUE	13.474.511	0	0	-557.979	14.032.490
LÍBIA	14.807.833	0	0	-613.184	15.420.817
Outros Países	180.013.175	13.569.682	6.220.547	-8.188.058	195.490.368
EXIMBANK CHINA	118.252.640	12.159.971	5.122.866	-5.616.852	130.906.597
ANGOLA	1.797.030	0	0	-74.415	1.871.445
EXIMBANK INDIA	10.363.104	1.064.232	125.504	-441.745	11.743.577
DINAMARCA	5.754.411	146.194	972.177	-239.799	5.178.227
FUNDO SAUDITA	1.377.927	139.285	0	-57.060	1.574.272
CRED. SWISS INV. INT.	42.458.063	0	0	-1.758.188	44.216.251



A Maldição dos Recursos Naturais: Mineração Artesanal e Conflitualidade em Namanhumbir

Jerry Maquenzi e João Feijó

INTRODUÇÃO

Ao longo da última década, a província de Cabo Delgado tem sido palco da atenção internacional em virtude da existência de valiosos recursos naturais, entre os quais madeira, marfim, pedras preciosas e, mais recentemente, gás natural. A descoberta destes recursos foi acompanhada por vagas migratórias descontroladas e pelo aumento dos preços locais, sobretudo ao nível de alojamento e preços alimentares. Num cenário de fragilidade institucional, de corrupção generalizada e de oportunismo dos agentes do Estado, desenvolveram-se práticas furtivas e ilegais de exploração de recursos naturais, particularmente de madeira, marfim e pedras preciosas. Este cenário foi gerador de desigualdades sociais, num contexto de persistência de elevados índices de pobreza. O último Inquérito ao Orçamento das Famílias (IOF) demonstra um aumento da percentagem de população pobre, de 39% para 44,8%, entre 2008 e 2014 (MEF, 2016: 12). Na verdade, a província de Cabo Delgado, particularmente em áreas de grande concentração de recursos naturais, tem constituído palco de grande conflitualidade, obrigando à instalação e intervenção de unidades das Forças de Intervenção Rápida, em locais como o distrito de Montepuez ou, mais recentemente, no litoral Norte da província (distritos de Palma, Mocimboa da Praia e Macomia).

Pela presença de inúmeros recursos naturais, pelo entusiasmo colectivo que gerou a sua extracção e pela competição e conflitualidade daí resultante, o distrito de Montepuez constitui um espaço privilegiado de análise. Neste texto pretende-se demonstrar como é que, em áreas predominantemente rurais, se desenvolveu, de forma insustentada, uma economia assente em moldes extractivos e extrovertidos, envolvendo uma multiplicidade de agentes, em situação de aliança e de conflito.

Em termos metodológicos, a análise assentou num conjunto de três técnicas de recolha de dados: Em primeiro lugar, na análise de dados secundários, nomeadamente análise de dados governamentais, estatísticas oficiais, relatórios de pesquisa e peças jornalísticas. Em segundo lugar, da observação participante realizada no local, entre os anos de 2009 e 2012 e, nos meses de Dezembro a Fevereiro, entre os anos de 2012 a 2018. Tirando partido da imersão no distrito do investigador, por via familiar, durante o período no terreno foi possível observar, in loco, as dinâmicas de envolvimento de muitos jovens locais na exploração de madeira, marfim e pedras preciosas, mas também os mecanismos de comercialização destes recursos naturais, os impactos em termos microeconómicos, assim como

a reacção das instituições públicas e respectivos funcionários. Em terceiro lugar, foram realizadas entrevistas não estruturadas junto de vários actores, entre os quais representantes do Governo distrital e do Conselho Municipal de Montepuez ou do posto administrativo de Namanhumbir (administradores, chefes de posto, assessores, chefes de departamento da secretaria distrital, representantes da área dos recursos minerais dos Serviços Distritais das Actividades Económicas, técnicos da Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia), assim como Polícias da República de Moçambique, funcionários das alfândegas em Pemba, entre outros funcionários e agentes do Estado.

Foi ainda entrevistado o representante do Departamento de Treinamento e Desenvolvimento dos Recursos Humanos da Montepuez Ruby Mining. Finalmente, foram entrevistados acima de 80 jovens locais que participaram directamente na mineração artesanal, abate de madeira ou caça furtiva (a maioria dos quais vizinhos, colegas ou até familiares), assim como comerciantes de pedras preciosas (cidadãos tanzanianos, nigerianos e senegaleses). Com vista a garantir o anonimato das fontes, foram ocultados os nomes de todos os entrevistados.

1. O DESENVOLVIMENTO DE UM CENÁRIO EXTRACTIVISTA DESCONTROLADO NO DISTRITO DE MONTEPUENZ

Em inícios da década de 1990, na sequência da celebração do Acordo Geral de Paz (AGP) e do regresso da população ao distrito, a agricultura continuou a constituir a actividade económica dominante no distrito de Montepuez. Na campanha de 2000/01, o relatório do Ministério da Administração Estatal (MAE, 2005: 45) destacava a produção de milho (8.739 ton), mandioca (22.475 ton), feijões nhemba e bóer (1.638 ton), mapira (5.266 ton) e arroz (4.060 ton), mas também a cultura de rendimento do algodão (3.300 ton), para além de caça, pesca e algum abate de madeira. Já no novo milénio, Montepuez passou a constituir notícia, a nível internacional, em virtude dos recursos naturais existentes no distrito, nomeadamente madeira, marfim, mármore, grafite, níquel e rubis. Ao longo desta secção inicial pretende-se contextualizar como se foi transformando, ao longo da última década, o processo socioeconómico de extracção destes recursos naturais no distrito de Montepuez.

1.1. Exploração de madeira – implementação de um sistema take away

O AGP criou condições para um aumento do investimento na região, assistindo-se à penetração de empresas madeireiras, com destaque para

a Leisegang, Lda. A partir de finais da década passada, o aumento da procura mundial de madeira, a entrada de operadores chineses – com destaque para a Mozambique First International Development (Mofid) – e em um cenário de corrupção generalizada ao nível das estruturas administrativas no distrito, assistiu-se a uma intensificação do abate de madeira com valor comercial. Redes crescentemente alargadas de operadores nacionais não-licenciados passaram a actuar como furtivos, abatendo madeira e vendendo posteriormente a operadores chineses, proprietários de licenças de exploração. Os equipamentos de corte e transporte eram cedidos pelas empresas asiáticas, que determinavam o preço de compra da madeira.

A vulgarização desta prática de exploração de madeira abriu oportunidades económicas para muitos jovens dos vários postos administrativos. A cadeia de exploração madeireira foi geradora de especialização profissional: surgiram os olheiros (indivíduos nativos e residentes próximos de zonas de floresta, que identificavam os locais onde se localizavam as espécies florestais com valor comercial); os cortadores (que cortavam a madeira com recurso a serrão ou motosserra); ou os carregadores (que transportavam os toros para as juntas – zonas de concentração de madeira, no meio da floresta – ou para armazéns de exploradores licenciados). Cada um destes actores auferia remunerações específicas, dependendo do tempo de trabalho, do número de toros e da própria negociação.

Paralelamente, uma rede de fiscais (da então Direcção Distrital da Agricultura e do Parque Nacional das Quirimbas) implantou-se no terreno tendo acompanhado o fenómeno, permitindo o desenvolvimento das actividades em troca de subornos, num sistema rendeiro. Inclusive, funcionários públicos envolveram-se no próprio processo de exploração furtiva de madeira, incluindo directores distritais e comandantes da polícia. A situação tornou-se tão atractiva que, um funcionário da Direcção Distrital da Agricultura de Montepuez (actualmente SDAE) chegou a renunciar formalmente o seu vínculo contratual com o Estado para se dedicar à exploração da madeira, adquirindo licenças em nome de parentes. A madeira era geralmente vendida a operadores chineses, com destaque para a Mofid Lda, Pacifico Internacional, Lda e Madeiras Alman, Lda.

Os rendimentos provenientes desta actividade melhoraram a capacidade de consumo local. Da observação no terreno constatou-se que, para além de gastos em bebidas alcoólicas, olheiros e cortadores adquiriram bicicletas, construíram as suas casas com mate-

riais convencionais e/ou investiram em pequenas barracas e outros negócios. Muitos intermediários (sobretudo os que vendiam directamente a operadores chineses) adquiriram motorizadas, electrodomésticos e aparelhagens. Alguns jovens exerceram um papel importante nos agregados familiares, assumindo a responsabilidade das despesas domésticas. Desviando-se a mão-de-obra masculina para negócios de corte e de comércio de madeira, as actividades de produção de alimentos ficaram mais concentradas nos membros femininos das famílias

Esta exploração ilegal de recursos florestais em Montepuez inseriu-se num processo generalizado de “take away” (MacKenzie, 2006) de madeira das províncias do Centro e Norte de Moçambique para a China e outros mercados asiáticos (Ribeiro e Nhanganga, 2009: 21).

1.2. Caça furtiva e procura de marfim – Abastecendo mercados asiáticos

A caça furtiva de elefantes para captura de marfim constituiu uma outra actividade ilícita e bastante lucrativa, praticada no distrito de Montepuez, particularmente no posto administrativo de Nairoto. A procura de marfim constitui um fenómeno bastante antigo, remontando a períodos pré-coloniais e prolongando-se até à actualidade. Após a assinatura do AGP, a caça furtiva de elefantes era protagonizada por militares desmobilizados e detentores de armas de fogo. A actividade adquiriu maior intensidade a partir do novo milénio, com o aumento da procura de marfim no mercado asiático. Muitos operadores florestais furtivos, que se cruzavam com elefantes e rinocerontes durante as suas incursões na floresta, passaram a dedicar-se, em complementaridade, ao abate furtivo destes animais. Tal como no processo de abate de madeira, a caça furtiva de elefantes e rinocerontes implicava o prévio contacto com o chefe local do povoado, a contratação local de um para guia e a realização das respectivas cerimónias tradicionais, pelo que a actividade passou a envolver as próprias comunidades. O abate dos elefantes era realizado através de métodos arcaicos através de armadilhas (covas em V ou recorrendo a cabos eléctricos). A caça de rinoceronte era feita através de armas de fogo, pertencentes às corporações policiais e militares, envolvendo, portanto, profissionais pertencentes às próprias forças de defesa e de segurança.

A cadeia era similar à da madeira. Determinados grupos envolviam-se directamente na caça de elefantes e rinocerontes. Outros assumiam o papel de intermediários, adquirindo o marfim e vendendo a potenciais compradores que eram

continua Pag. 13 →

Pergunta à Tina...

Olá Tina, sou casado há sete anos, temos três filhos, os dois primeiros são gémeos, há um ano que minha esposa diz para usarmos preservativo nas nossas relações, a mim incomoda-me bastante, não consigo ter prazer quando uso, por isso temos feito muito pouco o sexo, nos últimos dias isso está acabar comigo, ela não usa nenhum método contraceptivo, porque ainda não encontrou um que lhe caibem. Ajuda-me. Cuambe

Olá, Cuambe, os meus sentimentos pelo mau bocado que vocês estão a passar. Espero bem que consigam chegar a um consenso.

A tua preocupação pode resumir-se assim: a tua esposa gosta do preservativo e tu não gostas. E agora?

Ou tu te adaptas a usar o preservativo, mesmo que seja preciso um período de aprendizagem voluntária, eventualmente com a colaboração da tua esposa, ou ela procura encontrar outro método contraceptivo que a satisfaça.

Aconselho primeiro que tudo, que tentes acalmar-te. Vocês têm que conversar tranquilamente e explicar os sentimentos de cada um em relação a este tipo de coisas, com toda a franqueza, e tentar perspectivar o futuro nessa base. O que é que cada um de vocês pretende do sexo? São as respostas a esta pergunta que vocês devem analisar em conjunto, procurando encontrar consensos.

Boa tarde Tina, minha namorada abortou uma gravidez de quase um mês, há dez dias atrás, com recurso a uns comprimidos que adquiriu na farmácia, queria saber quanto tempo devemos ficar sem nos envolver sexualmente. Arthur

Boa tarde, Arthur. Duas ou três semanas é o tempo habitualmente recomendado para que uma mulher que fez um aborto possa retomar a actividade sexual com penetração.

Entretanto, é bom lembrar que o uso da camisinha é quase 100% eficaz para prevenir uma gravidez indesejada, para além de que protege também contra as ITS (Infecções de Transmissão Sexual), incluindo o HIV. Cuida-te, Arthur!

maioritariamente cidadãos asiáticos residentes na capital provincial. De acordo com funcionários das alfândegas afectos ao porto marítimo de Pemba, entre 2007 a 2009 foram apreendidas cerca de 9 contentores com dentes de elefante no porto de Pemba, presumivelmente oriundos das províncias de Cabo Delgado e Niassa.

2. A DESCOBERTA DE MALUKOI E O INÍCIO DA EXPLORAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS

Por volta de 2008 assistiu-se à descoberta de pedras preciosas e semi-preciosas em Montepuez (com destaque para rubis, quartzo e granada), concretamente no povoado de Napaco², localizado no posto administrativo sede, a aproximadamente 20 km da cidade de Montepuez. Num curto espaço de tempo, o povoado registou fluxos de centenas de indivíduos (maioritariamente naturais de outros países africanos e que já se envolviam na extracção e comércio de pedras preciosas noutros distritos do Norte de Moçambique), incluindo compradores e negociantes. Na época, as pedras exploradas nesta zona não envolviam valores económicos exuberantes, sendo que o Governo local não prestou particular importância ao assunto.

Contudo, a contínua chegada de garimpeiros de fora do distrito foi despertando a atenção das populações locais para estes recursos minerais que, timidamente, iniciaram o seu envolvimento na actividade. Em 2009, um jovem natural de Montepuez, de nome Selemane, enquanto realizava a sua actividade de abate furtivo de madeira descobre casualmente os primeiros rubis no posto administrativo de Namanhumbir. O jovem extraiu as pedras e dirigiu-se a um comprador na cidade, despertando o interesse deste em conhecer o local. Nos dias seguintes, um grupo de garimpeiros (maioritariamente estrangeiros) precipitou-se para o posto administrativo Namanhumbir em busca de rubis.

2.1. A febre dos rubis e o cenário far west

Durante o ano de 2009 e até meados de 2010 o posto administrativo de Namanhumbir registou a chegada de milhares de indivíduos, oriundos de vários pontos do país e do estrangeiro, traduzindo-se num rápido crescimento da população do distrito de Montepuez. Segundo os Censos, em 2007 foram recenseados 196.984 habitantes em Montepuez, enquanto em 2017 a população recenseada aumentou para 261.535, traduzindo-se numa taxa de crescimento anual de 2,9% (INE, 2017). Neste processo, a própria população local acabou por se envolver no processo de extracção, abandonando as actividades económicas tradicionais que vinha realizando.

A área de exploração era composta por várias minas, próximas entre si, que se foram estendendo ao longo de uma área que atingiu cerca de 12 hectares, em torno de floresta que ia sendo derrubada. O processo de extracção de rubis era realizado de forma bastante artesanal, através de sistemas de covas e de túneis, sem condições de segurança nas galerias subterrâneas, nomeadamente sistemas hidráulicos ou de protecção de desabamentos. A grande maioria dos actores não dispunha de equipamentos de protecção individual, como botas, luvas ou máscaras. O processo de extracção de pedras preciosas envolvia um trabalho em equipa, geralmente composta por

4 a 6 indivíduos que, alternadamente, realizavam as seguintes tarefas:

- Escavação das covas, normalmente com 6 a 12 metros de profundidade até descobrir o filão com pedras preciosas. Então, iniciava-se o processo de escavação de túneis subterrâneos em volta do filão de rubis;
- Extracção de baldes de areia, puxando, manualmente, a partir do fundo da cova, a areia extraída no subsolo;
- Peneirar, através de cefas (instrumentos feitos de chapa de zinco com pequenos furos) separando a areia das pedras preciosas.

As condições de segurança eram claramente arriscadas para o escavador. A largura dos túneis era bastante estreita, não lhe permitindo mudar de posição com facilidade, estando particularmente vulnerável a desabamentos de terras. Na verdade, este tipo de acidente era relativamente frequente, com periodicidade mais ou menos semanal, sendo os sinistrados evacuados para o hospital distrital de Montepuez com recurso operadores de transportes que circulavam na zona de extracção do garimpo.

O processo de comercialização podia ser efectuado no próprio local de escavação. Sacos usados de 1 kg de açúcar eram utilizados para encher de pedras preciosas, que podiam ser localmente vendidos a 30 mil meticais. Por dia, cada garimpeiro poderia vender, em média, 3 a 4 sacos. Estes sacos de rubis eram depois revendidos a outros comerciantes na sede do posto administrativo de Namanhumbir ou na vila de Montepuez, que separavam as pedras e, já com recurso a balanças, estimavam um valor para cada tipo de minério. Os garimpeiros oriundos da Tanzânia tendiam a vender as pedras preciosas no seu país de origem, por via de intermediários a quem pagavam uma comissão. Garimpeiros oriundos de outros países africanos vendiam o minério em Nampula. Um grupo muito restrito (composto exclusivamente por cidadãos estrangeiros) deslocava-se para a Tailândia e outros países asiáticos para venda dos rubis.

O crescimento do número de minerais artesanais em Namanhumbir despoletou o surgimento de novas actividades económicas, relacionadas com a venda de bebidas e produtos alimentares (na própria mina ou em pequenas barracas), de transporte (do posto administrativo para a mina e vice-versa), de mecânica (reparação de motorizadas), de prostituição (maioritariamente promovida por mulheres oriundas da província de Nampula ou da Tanzânia), entre outras. Os preços destes serviços foram bastante inflacionados gerando-se elevados rendimentos. A título de exemplo, a venda de produtos alimentares poderia gerar receitas médias diárias de 15.000 meticais; os motoristas de táxi-mota que transportavam os garimpeiros até ao local de exploração auferiam, em média, 3.500 meticais diários. Os transportadores semi-colectivos (que faziam a rota Nanhupo-Namanhumbir-Cidade de Montepuez e vice versa) auferiam em média 8.000 - 15.000 meticais diários. Outros operadores usavam as suas viaturas particulares para transportar comerciantes de pedras preciosas para a fronteira, cobrando de 200 a 300 dólares pela viagem.

A retirada de mão-de-obra da actividade agrícola, a chegada massiva de indi-

víduos dos mais diversos quadrantes e o aumento do dinheiro em circulação traduziu-se num aumento do preço dos produtos alimentares. Em poucos meses, um saco de milho de 50 kg aumentou de 200 - 300 meticais para 1.200 meticais. Da mesma forma, a galinha (cafreal) local aumentou de 50-80 meticais para 250-350 meticais. Um cabrito aumentou de 500-800 meticais para 2.500 - 4.000 meticais.

O crescimento populacional traduziu-se, igualmente, no aumento da procura de residências, despoletando um mercado de arrendamento. Pequenos quartos passaram a ser arrendados a preços que rondavam cerca de 750 meticais mensais.

Rapidamente se destacou a forma extravagante como eram gastas as receitas de grande número de garimpeiros, proveniente da venda de rubis e de outras pedras preciosas. Indivíduos afortunados frequentavam barracas, pagando bebidas a todos os indivíduos que estava no local. Vulgarizou-se a expressão “dinheiro é capim”. Práticas ostensivas³ eram observadas pelas populações locais e circulavam rapidamente pela região, alimentando o imaginário e expectativas da população, impulsionando que um crescente número de jovens se precipitasse na busca de rubis.

Outros indivíduos melhoraram as respectivas habitações – para residir ou arrendar, ou adquiriram meios de transporte motorizados (motas, transportes semi-colectivos de passageiros, automóveis 4x4). O parque automóvel em Montepuez cresceu de forma significativa ficando repleto de veículos de alta cilindrada. Grande parte dos proprietários conduzia sem ter frequentado aulas de código e de condução. As formas agressivas de condução, a sinistralidade rodoviária e a deficiente manutenção dos veículos (ao nível de mudança de óleos, de travões, etc.) conduziram a um rápido desgaste do parque automóvel.

A venda de rubis foi responsável por um aumento vertiginoso das desigualdades sociais, sobressaindo, economicamente, os indivíduos que realizavam negócios, directa ou indirectamente, ligados à extracção e comercialização de pedras preciosas. Num cenário de elevada imigração masculina assistiu-se, também, ao envolvimento de garimpeiros com mulheres locais, à prostituição e casamentos prematuros.

Neste cenário, ainda durante o ano de 2009, o Governo distrital passou a destacar um agente da Polícia da República de Moçambique para o local de extracção de pedras preciosas, apoiado por polícias comunitários, entretanto, popularmente conhecidos por nape (ou manape, plural de nape), a quem foram atribuídos chambocos. Estes agentes foram responsáveis por práticas, generalizadas, de extorsão de bens e valores monetários aos garimpeiros mais afortunados. Em meados de 2010, na sequência de uma disputa entre garimpeiros pelo acesso a pedras, o agente da polícia fez diversos disparos, acabando por ferir acidentalmente um nape. O incidente inflamou os ânimos e o agente da polícia acabou por ser agredido pelos garimpeiros.

2.2. A intervenção governamental e o início da exploração empresarial de pedras preciosas

Na sequência deste tumulto, o Governo

Provincial destacou para o local uma unidade da Força de Intervenção Rápida (FIR), que distribuiu bastonadas pelas populações em redor da mina, confiscando elevadas somas em dinheiro a comerciantes e garimpeiros. Nos dias seguintes, a FIR estabeleceu-se no local, proibindo o acesso à mina e à prática de extracção de pedras preciosas. Diversos garimpeiros passaram a corromper os agentes da FIR com valores monetários, de forma a ter acesso às áreas de exploração. A polícia definia o tempo máximo de permanência nos locais, findo o qual procedia a disparos para o ar, com vista a que os garimpeiros saíssem dos túneis. Cidadãos estrangeiros mais abastados passaram a subcontratar jovens, nacionais e estrangeiros (principalmente os tanzanianos), para entrar nas minas em busca de pedras preciosas. Agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM) confidenciaram que, vários cidadãos estrangeiros que comercializavam rubis (na maioria de origem asiática) passaram a realizar contribuições monetárias regulares ao Comandante Provincial da PRM, com vista a garantir a respectiva protecção no desenvolvimento das suas actividades comerciais.

Cerca de 6 meses mais tarde, a empresa Mwiriti – detida pelo General Raimundo Pachinuapa (60%) e pelo cidadão iraniano Asghar Fakhr (40%) (CIP, 2018: 6) – instala-se no local⁴. As populações locais assistiram à chegada dos técnicos da empresa, sem qualquer apresentação formal e não foi colocada qualquer placa informando da proibição de permanência no local ou de início das actividades. Asghar Fakhr era o responsável operacional no terreno. A PRM garantia a segurança dos funcionários da Mwiriti, impedindo os garimpeiros de explorar na área concessionada. Todo o garimpeiro que fosse apanhado na área concessionada era espancado pela polícia e, posteriormente, deixado em liberdade. Em resposta, os garimpeiros desviaram a sua actividade para as áreas em redor da mina.

A chegada de técnicos da Mwiriti, acompanhados por agentes da PRM, e a respectiva agressividade em relação aos garimpeiros (muitos dos quais originários das áreas em redor, nomeadamente Nsêue, Nanhupo, Namanhumbir) inquietaram as populações, que foram questionando os líderes locais acerca da identidade dos novos ocupantes da mina. Dois meses após a instalação dos técnicos da Mwiriti, a chefe do posto de Namanhumbir convocou a primeira reunião popular com os residentes de Nanhupo, com vista a apresentar às populações a chegada empresa. O encontro contou com centenas de participantes, reunidos debaixo de uma mangueira. Após a chefe do posto administrativo introduzir o assunto e descontentes com a situação, grande parte dos jovens presentes ausentaram-se do local, arremessando mangas contra os poucos que se mantinham na assistência, conduzindo à interrupção do encontro.

Pela observação no local concluiu-se que os técnicos da Mwiriti não introduziram novidades tecnológicas significativas no processo de extracção de minérios, mantendo técnicas artesanais de extracção do subsolo. Num cenário de ausência de capitais para modernização, em meados de 2011 a Mwiriti estabeleceu uma parceria com o grupo britânico Gemfields, constituindo-se a Montepuez Ruby

Mining (MRM). O grupo britânico detém 75% do capital social da MRM, pelo qual pagou a quantia de 2,5 milhões de dólares. A concessão da MRM estava localizada no distrito de Montepuez e incluía 5 minas, cobrindo um total de 34.000 hectares, dos quais a Mwiriti só explorou uma pequena parte (8.000 hectares). Na época, esperava-se um investimento inicial da MRM de 3,3 milhões de dólares com vista à construção da unidade de produção, residências, preparação de informação geológica e cálculo do potencial mineiro. A MRM passou a ser responsável por toda a cadeia produtiva, desde a extracção de rubis à colocação nos mercados mundiais (Macauhub, 21.06.2011).

Ainda em 2011, a Montepuez Ruby Mining começou a instalar equipamentos na área de exploração, proibindo o acesso à área de concessão. Porém, através de sistemas de suborno a agentes da PRM, mineradores ilegais nunca deixaram de extrair pedras preciosas. Semanas mais tarde, a empresa iniciou o processo de cobertura das covas feitas por garimpeiros ilegais. De acordo com testemunhas oculares, os técnicos da empresa não conseguiram alertar todos os garimpeiros dispersos pelas várias galerias subterrâneas para as obras de terraplanagem, pelo que as covas foram cobertas com um número indeterminado de indivíduos no subsolo (a maioria tanzanianos), que acabaram por morrer soterrados.

As áreas concedidas à MRM para exploração de rubis incluíam pequenas parcelas agrícolas, cultivadas pelo sector familiar local, particularmente no povoado de Nsêue. As populações foram expropriadas das suas terras, sendo os valores e as condições de compensação ficado aquém das expectativas. De acordo com informação recolhida no terreno, a maioria dos camponeses expropriados recebeu o valor de 12.000 meticais, independentemente da área e do número de machambas. Os valores das indemnizações não compensaram as quebras económicas resultantes da interrupção das actividades agrícolas, de caça e de pesca na barragem em Nsêue. O processo careceu de qualquer forma de consulta ou audiência pública envolvendo as populações afectadas.

2.3. Persistência da mineração artesanal e intensificação da repressão policial

Perante a persistência da mineração ilegal, assistiu-se a um endurecimento das acções das forças de segurança. Logo em 2011, a MRM constituiu um corpo de segurança privado, sem arma de fogo, mas equipado com catanas. Estes “homens-catana” (como se tornaram localmente conhecidos) ficaram responsáveis por garantir a proibição do acesso à zona da mineração. A partir de 2013, alegando que os “homens-catana” facilitavam o acesso ao local de mineração em troca de valores monetários, a empresa constituiu um novo tipo de segurança, já com fardamento e posse de arma de fogo. Da mesma forma, assistiu-se a uma mudança na postura da PRM. Os agentes deixaram de permanecer estáticos a guarnecer as instalações da empresa, passando a realizar acções de patrulhamento na área. Todo o veículo de transporte a circular na área concedida à Montepuez Ruby Mining era confiscado (inclusive pelas próprias forças de segurança da MRM) e encaminhado

para Direcção Provincial dos Recursos Minerais⁵. Os proprietários de transportes semi-colectivos de passageiros perderam as suas viaturas por terem sido encontradas a circular na estrada que liga a sede do posto administrativo ao povoado de Nséue. As viaturas não foram devolvidas aos seus legítimos proprietários. De acordo com técnicos de instituições públicas na cidade de Pemba, os meios circulantes foram, posteriormente, distribuídos por esses serviços públicos.

Incentivados por discursos da administradora do distrito em comícios políticos, durante os quais era prometido às populações mais jovens a possibilidade de constituírem associações e formalizarem a actividade de mineração artesanal, diversos jovens passaram a extrair pedras preciosas em Napaco, a cerca de 20 km da área concessionada à MRM. Contudo, num cenário de reduzida informação e perante um conjunto de obstáculos financeiros e burocráticos para obtenção de senha mineira⁶, os jovens locais continuavam a actuar informalmente.

A verdade é que a prática da MRM de perseguição aos mineradores ilegais contrasta com as actividades da empresa Mustang Resources, que obteve uma concessão de prospecção e pesquisa numa área em Napaco. Esta empresa de capital australiano passou a operar em colaboração com os mineradores artesanais, que fazem a extracção e vendem à empresa. Esta empresa adoptou a prática de fornecimento de equipamentos de protecção individual e de aquisição das pedras preciosas aos mineradores.

A persistência do fenómeno de mineração ilegal no distrito conduziu a sucessivos envios de contingentes policiais para o local com vista a inviabilizar os trabalhos dos garimpeiros. A exploração paralela de garimpo, que inundava de pedras preciosas os mercados asiáticos, não só foi responsável pela perda de incalculáveis receitas fiscais para o Estado, como contribuiu para a diminuição do preço de rubis. Em Dezembro de 2016 a MRM reportou prejuízos de 13,8 milhões de dólares (CIP, 2018: 7). De acordo com a administradora do distrito de Montepuez, na sequência deste mau resultado financeiro, a empresa pressionou a PRM com vista a estabelecer um sistema operacional mais eficiente (envolvendo o corpo policial de vários distritos de Cabo Delgado), com o objectivo de repatriar todos os cidadãos que estavam na área da mineração. Este processo não distinguiu cidadãos nacionais de estrangeiros. Na verdade, todos aqueles que fossem encontrados a circular na cidade de Montepuez, nas aldeias Nanhupo, Nséue, Namanhumbir e arredores dos locais de mineração trajando roupa empoeirada eram imediatamente detidos e transportados para o comando distrital de Montepuez para posterior identificação.

Uma vez que a cadeia civil distrital não dispunha de espaço para as centenas de indivíduos que, diariamente, se iam acumulando, muitos garimpeiros eram retidos no comando da PRM, permanecendo no local, ao Sol, sem acesso a refeição. De acordo com fontes policiais, a MRM disponibilizou produtos alimentares (farinha de milho, arroz, feijão nhemba, peixe e óleo da cozinha), que foram confeccionados pela população detida, sob supervisão policial. De acordo com as

mesmas fontes, o peixe e o arroz foram confeccionados para os agentes da PRM e os restantes alimentos distribuídos pela população detida.

Depois de detidos, todos os nacionais que não conseguiram provar a respectiva residência em Montepuez foram transportados num camião de lixo municipal para Metoro (posto administrativo de Ancuabe), no entroncamento da EN1 para Nampula. Os cidadãos estrangeiros (não-tanzanianos) que não apresentassem autorização de residência foram transportados em camiões para Pemba e, posteriormente, embarcados de avião para fora do país. Testemunhas oculares revelaram que, no aeroporto de Pemba, concentraram-se dezenas de cidadãos africanos, em más condições físicas (magros, com vestuário rasgado e apresentando marcas de violência). Alguns destes cidadãos deixaram, em Montepuez, as suas casas, automóveis e outros bens, e, por vezes, esposa e filhos.

Por sua vez, o processo de expatriamento de cidadãos tanzanianos foi concretizado por via rodoviária pela empresa Nagi Investimentos, Lda. Ao longo de duas semanas, partiam de Montepuez, em média, quatro autocarros por dia (com capacidade para 60 lugares), rumo à Tanzânia.

Ao longo dos meses seguintes, muitos cidadãos estrangeiros esconderam-se nos montes Girimba e Ncoripo, perseguidos pela PRM. O processo de extradição aconteceu num cenário de oportunismo generalizado. Jovens que conheciam o paradeiro de um cidadão estrangeiro ilegal aproximavam-se de um agente da autoridade, negociando previamente a forma de partilha dos valores a extorquir ao cidadão, seguindo-se a deslocação para a respectiva residência e detenção do indivíduo. Em conversas informais, agentes da PRM revelaram que, aquando dos processos de repatriamento, recebiam quantias variáveis (entre 10.000 e 15.000 meticais) provenientes de estrangeiros mais abastados, para os deixar descer do camião e regressar a Montepuez. Os cidadãos estrangeiros ilegais tornaram-se particularmente vulneráveis à rapina de cidadãos e polícias oportunistas. De acordo com fontes governamentais, citadas em artigos jornalísticos (Redacção, 21.04.2017; Achá, 11.09.2018), o processo de captura dos cidadãos ilegais culminou com a detenção e repatriamento de 4 a 6 mil garimpeiros, dos quais mais de 70% eram estrangeiros.

2.4. A actual relação entre a Montepuez Ruby Mining, Lda e os garimpeiros ilegais

Não obstante a extradição de milhares de indivíduos, a relação entre a empresa mineradora e as populações locais manteve-se tensa e conflitual. Apesar dos riscos enfrentados, dezenas de jovens continuam a aventurar-se em áreas concedidas à MRM em busca de pedras preciosas. A grande maioria dos jovens locais não tem informação sobre os procedimentos para obtenção de senha mineira, pelo que continuam a dedicar-se a esta actividade de forma ilegal. Entretanto, muitos estrangeiros, supostamente repatriados, regressaram ao distrito (ou nunca de lá partiram, tendo-se escondido em zonas afastadas). Qualquer jovem encontrado na estrada nacional (EN 14) ou arredores, nomeadamente próximo aos locais de exploração de rubis, com roupas sujas (assumindo-se que resul-

tantes do trabalho de garimpo) ou na posse de instrumentos de extracção (picaretas e pás), arrisca-se a ser imediatamente capturado e confiscado de todos os seus pertences (dinheiro, telemóvel e, sobretudo, pedras preciosas). A área é atentamente patrulhada por agentes da PRM que, após captura de garimpeiros, tem realizado torturas de forma generalizada⁷. A jornalista Selma Inocência (28.07.2017) entrevistou vários garimpeiros e residentes de Namanhumbir e povoados em redor da mina, que referiram terem sido torturados por grupos de seguranças (pela Unidade de Intervenção Rápida e Serviços de Inteligência e Segurança do Estado, Polícia de Protecção de Altas Individualidades e Polícia de Protecção dos Recursos Minerais) e empresas privadas (Arkhe e Chelsea e a própria segurança interna da empresa)⁸. Os relatos falam de cidadãos violentadas e abusadas sexualmente por um agente da PRM, incêndio de casas pelas forças de segurança e condicionamento da população local no acesso aos serviços de transporte, através da proibição de entrada e saída de motorizadas (Nhamirre, 17.09.2018). Esta situação condiciona o acesso à saúde pelo que, quando padecem de enfermidades, as populações optam por recorrer a tratamentos tradicionais. As acusações foram negadas por Gopal Kumar, Director-Geral da Montepuez Ruby Mining⁹. Contudo, o Tribunal Supremo de Londres considerou provados os abusos e agressões físicas efectuados por trabalhadores da MRM, pelo que a empresa foi condenada ao pagamento de 8,3 milhões de dólares em indemnizações (Hanlon, 29.01.2019). A acção da justiça inglesa contrasta com a passividade da Procuradoria-Geral da República moçambicana.

Após a divulgação de vídeos de torturas nas redes sociais, a polícia passou a encarcerar todos os indivíduos que fossem capturados na área de exploração de rubis nas celas do posto administrativo de Namanhumbir. Posteriormente os suspeitos de práticas de garimpo foram transferidos para a cadeia civil da cidade de Montepuez. A Comissão Nacional dos Direitos Humanos encontrou centenas de jovens detidos arbitrariamente na cadeia de Montepuez, 94 oriundos de Namanhumbir (Achá, 27.01.2019).

O encarceramento dos jovens tem implicado o pagamento de avultadas somas de dinheiro aos agentes da polícia, por parte das respectivas famílias, para a sua libertação, agravando a situação económica de muitos agregados familiares. Os valores de suborno tendem a variar entre os 10.000 e 15.000 meticais. Muitas famílias não conseguem reunir esses valores, vendendo-se obrigadas a vender os seus bens ou até a própria casa.

3. O IMPACTO LOCAL DA MRM

Em termos de geração de emprego, a MRM empregava, em 2018, pouco mais de 1.000 trabalhadores, dos quais 5% eram estrangeiros (Gemfields, s.d.: 1). Pela observação no terreno, constata-se que uma fatia importante dos trabalhadores é composta por seguranças. Em resultado dos baixos níveis de qualificação das populações locais, os postos de trabalho mais exigentes em qualificação (e, por isso, melhor remunerados e mais apetecíveis) foram geralmente ocupados por indivíduos oriundos de outras zonas do país (Sambo, 02.08.2018). De acordo com funcionários da MRM entre-

vistados a mineradora subcontratou três empresas locais para trabalhar em áreas como limpeza e assistência mecânica. No distrito de Montepuez, não deixaram de se assistir a impactos indirectos resultantes da actividade da MRM. Relativamente ao início da década, hoje o município conta com mais um balcão bancário, mais 5 lojas de acessórios de automóvel, mais 3 supermercados, mais 3 restaurantes / pastelarias, e reabilitação de uma pensão.

Desde o início das actividades de extracção de pedras preciosas, a MRM realizou diversas acções de responsabilidade social. De acordo com os relatórios da Gemfields (s.d.), foi concedido financiamento para dois projectos de criação de frangos, promovidos por duas associações de mulheres locais, sendo apoiadas 9 associações agrícolas (duas das quais constituídas por mulheres) nas aldeias de Nanune, Npupene e Nanhupo. Entre 2016 e 2018 foram criados cerca de 8.060 frangos, vendidos no mercado local e no acampamento da MRM. Por outro lado, foram construídas seis salas de aula e reabilitada uma escola primária (na aldeia de Nanhupo), e construída uma unidade sanitária. Os custos envolvidos nestas acções perfazem cerca de 1,1 milhões de dólares.

De acordo com a Gemfields (s.d.: 1), de 2012 a 30 de Junho de 2017, a MRM canalizou para os cofres de Estado cerca de 70 milhões de dólares em receitas de impostos e royalties. Como estipulado no artigo 20 da Lei nº 20/2014 de 18 de Agosto (Lei de Minas), uma percentagem dos impostos colectados à actividade mineira (definida na Lei de Orçamento de Estado) deve ser directamente canalizada, via orçamento de Estado, para a Administração do Distrito, para o desenvolvimento das comunidades afectadas pelo projecto.

Não foi possível apurar o total colectável da MRM para apuramento do imposto a pagar e, desta forma, apurar o valor canalizado para o distrito. De qualquer forma, de acordo com os dados fornecidos pela secretaria distrital de Montepuez, no ano de 2016 foi transferido para o distrito, no âmbito da rubrica “imposto sobre a produção mineira” a quantia de 6.128.690 meticais e, curiosamente, no ano de 2017 foi transferido exactamente o mesmo valor. Em 2018, o valor transferido foi cerca de duas vezes superior, totalizando nos 3 anos o valor de 24.766.720 meticais (GdM, 2016, 2017, 2018).

De acordo com uma reportagem do jornal Notícias (Redacção, 19.02.2019), a Direcção Provincial de Economia e Finanças referiu que esse montante foi canalizado para a construção de unidades sanitárias, escolas, financiamento de projectos agrícolas, desenvolvimento de infra-estruturas de apoio ao comércio, avicultura, fontes de abastecimento de água, entre outros. O facto de a unidade sanitária estar a ser construída pela MRM no âmbito das suas iniciativas de responsabilidade social, e de o Governo distrital alegar a canalização dos valores recebidos via orçamento de Estado para a construção da mesma unidade sanitária, vem gerando dúvidas e especulação entre a população do distrito. O próprio chefe de posto, entrevistado pelo autor, desconhece a origem dos valores e os montantes envolvidos na construção da unidade sanitária. A inexistência de uma placa explicativa à entrada da obra alimenta a percepção de falta de

transparência na utilização de recursos públicos. O mesmo cenário repete-se ao nível da construção do parque escolar. De acordo com o Governo distrital, as novas salas de aulas que a população vem beneficiando nos últimos anos resultam da aplicação dos 2,75% canalizados via Orçamento de Estado para o distrito. Contudo, o chefe do posto de Namanhumbir afirmou que essas escolas tinham sido construídas pela MRM no âmbito das iniciativas de responsabilidade social.

Esta confusão entre investimento público e acções de responsabilidade social de uma empresa privada despoletou uma intervenção de um grupo de uma comissão de deputados da Assembleia da República, que trabalhou no posto administrativo de Namanhumbir para avaliar o impacto da aplicação dos 2,75% das receitas de exploração de rubis nas comunidades. Uma reportagem no jornal Notícias (Redacção, 19.02.2019) escreve que, quer o chefe de posto, quer o primeiro secretário do partido Frelimo de Namanhumbir, entre outros líderes comunitários, incluindo membros do Conselho Consultivo no posto administrativo, desconhecem os valores envolvidos nos projectos públicos em desenvolvimento no posto administrativo. Segundo a mesma reportagem, os membros da comitiva parlamentar concluíram não haver envolvimento e participação neste processo de representantes da comunidade, a falta de publicitação de actos administrativos, conforme recomenda o quadro legal, de construção de obras públicas, o fornecimento de bens e a prestação de serviços ao Estado. Os parlamentares recomendam que o Governo do distrito passe a colocar uma placa, indicando o nome do proprietário, tipo de obra, custo, entre outras informações relevantes, nos locais onde doravante decorrerão obras financiadas pelos 2,75% (Redacção, 19.02.2019: 2).

4. OS CIRCUITOS COMERCIAIS DAS PEDRAS PRECIOSAS

Os circuitos comerciais das pedras preciosas ilegalmente extraídas, e respectiva cadeia de valor, não são claramente conhecidos. Da observação realizada no terreno, constatou-se que os rubis foram inicialmente adquiridos por comerciantes tanzanianos, retirando vantagem do conhecimento e experiência que haviam adquirido sobre pedras preciosas, no país vizinho ou noutras províncias do Norte de Moçambique. De acordo com conversas informais mantidas com comerciantes de pedras preciosas, a Tanzânia constituía um dos principais destinos das pedras extraídas. Regularmente, estes cidadãos deslocavam-se ao país vizinho para venda de pedras preciosas, regressando em viaturas automóveis com matrícula tanzaniana. Um reduzido número de comerciantes deslocou-se à Tailândia. Em 2010, de acordo com Asghar Fakhr, sócio gerente da Mwiriti, Lda (entrevistado por Nacuo, 30.03.2010) 2,7 gramas de rubis, extraídas ilegalmente pelos populares podiam ser localmente vendidas por 60.000 meticais (cerca de 2.000 dólares ao câmbio de então). Na Tailândia a mesma quantidade era colocada à venda por 18.000 dólares, acabando por ser vendida, em Hong Kong, por 85.000 dólares. Na verdade, cada grama de rubi chegava a custar, no mercado internacional, entre dois a três mil dólares.

Como demonstra Bata (2014, p. 119), na Província

de Cabo Delgado grande parte das pedras preciosas foram vendidas a comerciantes informais e não ao Governo por intermédio do Fundo de Fomento Mineiro (FFM). Até hoje, uma parte não negligenciável de venda de pedras preciosas continua a ser efectuada através de circuitos subterrâneos e não através de comerciantes registados, de acordo com o definido no artigo 59 da Lei nº 20/2014, de 18 de Agosto (Lei de Minas).

REFLEXÕES FINAIS

No início deste milénio, Cabo Delgado constituía uma província fortemente marcada pelo subdesenvolvimento, nomeadamente pela precariedade das vias de acesso e isolamento geográfico, por elevadas taxas de analfabetismo, reduzido acesso das populações à saúde e a energia, ou de integração nos mercados. Desde meados da década passada, a província vem constituindo notícia pela descoberta de recursos naturais, altamente valorizados nos mercados internacionais, nomeadamente madeira, marfim, pedras preciosas e, mais recentemente, de gás natural. Ao longo deste texto procurou-se analisar como é que, num distrito marcado pela pobreza, se desencadeou uma procura desenfreada por recursos naturais, gerando um conjunto de conflitos e tensões sociais que persistem até à actualidade.

O texto demonstra como é que no distrito de Montepuez se desenvolveu uma economia extractiva, assente numa corrida desenfreada para a

captura de recursos naturais. O processo é dinamizado por intermediários estrangeiros, conscientes do valor dos produtos nos mercados internacionais, com a colaboração de uma extensa rede de populações locais. Os produtos são extraídos e exportados em bruto (violando com frequência a legislação em vigor), sendo o processo de transformação realizado no exterior, sem impactos locais na geração de emprego e sem acrescentar valor ao produto. A economia assume, igualmente, um carácter extrovertido, fortemente assente na exportação de um conjunto restrito de produtos, sem ligações com o tecido empresarial e com outros sectores produtivos locais. Neste cenário, a economia local torna-se fortemente dependente de oscilações dos preços nos mercados internacionais e, portanto, sujeita aos efeitos de variáveis externas que não consegue controlar.

O artigo demonstra como se efectua o processo de penetração do grande capital internacional, invariavelmente em aliança com o poder central e provincial, num sistema clientelista e assente em moldes rendeiros¹⁰. Através do texto compreende-se como é que a fragilidade institucional pode ser útil para o engrandecimento oportunista de funcionários e agentes do Estado, que participam como actores oportunistas no processo de extracção ilegal de recursos naturais, facilitando a movimentação de valores, possivelmente avultados, por canais subterrâneos, em claro prejuízo

das receitas do Estado.

A não observância de regras de participação pública e de realização de consultas comunitárias (tal como reconhecida inclusive por representantes do Estado¹¹), o excesso de zelo e envolvimento brutal das forças de defesa e segurança na defesa de interesses privados (em contraste com a fragilidade generalizada das instituições públicas, por exemplo no processo de legalização de mineradores artesanais), a passividade da Procuradoria-Geral da República perante denúncias de crimes públicos (em claro contraste com a acção da justiça britânica), sugerem que os funcionários governamentais e o sistema de justiça estão claramente condicionados por interesses económicos de elites políticas, particularmente quando se tratam de antigos combatentes da luta de libertação nacional, pertencentes à Comissão Política do Partido Frelimo.

Este fenómeno de administração neo-patrimonial¹² dos recursos públicos tem-se prolongado na gestão dos valores resultantes das receitas geradas pela extracção dos rubis (vulgarmente designada por 2,75%), registando-se fenómenos pouco transparentes de gestão dos investimentos públicos. As acções de responsabilidade social da empresa mineradora aumentam a confusão entre as funções do Estado (nomeadamente prover serviços de saúde e de educação, como se estipula na própria constituição de Moçambique) e de empresas mine-

radoras. Na verdade, a descoberta e exploração de recursos naturais em contextos neo-patrimoniais torna-se geradora de oportunismos, desigualdades e conflitos sociais.

O processo de mineração artesanal no distrito teve efeitos imediatos sobre o consumo de bens duráveis, provocando algumas transformações na economia e nas estruturas produtivas locais. Por outro lado, implicou o desenvolvimento momentâneo de um conjunto de serviços logísticos (construção de quartos para arrendamento, serviços de transporte, confecção de refeições), desviando parte da população da produção agrícola, provocando um súbito aumento dos preços de alimentos e colocando em causa a insegurança alimentar.

A descoberta de importantes recursos naturais teve como inevitável efeito o aumento das expectativas sociais. As oportunidades aproveitadas por cidadãos mais atentos ou oportunistas familiarizaram os cidadãos de Montepuez com fenómenos de ostentação, num cenário de aumento das desigualdades sociais. Contudo, o reduzido impacto das empresas mineradoras na geração de emprego e a exclusão da maioria das populações das actividades de mineração, inclusivamente através de violentos e repressivos processos de fiscalização, tiveram como efeito a frustração das expectativas iniciais, aumentando as tensões e riscos de conflito, não só no distrito de Montepuez, mas na pro-

víncia de Cabo Delgado, em geral.

Na verdade, no Norte de Cabo Delgado assiste-se a um agravamento da insegurança, com relatos de ataques de grupos armados, de destruição de povoações e mutilação de populações, que chegou a originar um comunicado de recolher obrigatório por parte do Edil de Mocimboa da Praia. A presença das forças de segurança no terreno tem implicado por mais insegurança, proliferando relatos de extorsão de valores monetários em operações STOP ao longo da estrada entre Mocimboa da Praia e Palma e, inclusive, violência sobre as populações.

Os comunicados do Instituto para a Comunicação Social da África Austral (MISA, s.d.) revelam a existência de jornalistas presos no exercício da sua função, inclusivamente retidos em instalações militares, sem acusação formal e privados de acesso a advogado, negando-se desta forma direitos fundamentais. Com o agravar da tensão, e violando o estipulado na Constituição e Lei de Imprensa, o próprio Governador da província proibiu os profissionais da informação de noticiar fenómenos de “ataques, corrupção, enriquecimento ilícito, tráfico de drogas, pesca ilegal e outros problemas sociais e políticos” (Mawar e Omar, 13.03.2019). Os dados disponíveis levam a acreditar que, nos próximos anos, a província de Cabo Delgado será palco de intensos conflitos, merecendo constituir alvo de análise.

¹ O termo makua “maluko” designa “pedras”, consistindo a expressão local para se referir a rubis.

² Área onde actualmente a empresa Mustang Resources explora rubis, no posto administrativo de Namanhumbir.

³ A título de exemplo, depois de vender um rubi pelo valor de 700.000 meticais, um jovem oriundo do distrito de Lichinga recorria a notas de 1.000 meticais como pega para tirar uma panela de comida do fogão.

⁴ Dias antes, Raime Pachinuapa, filho do general Raimundo Pachinuapa e actual Director de Assuntos Corporativos da Montepuez Ruby Mining (conforme se apresenta em www.linkedin.com/in/raime-pachinuapa/), dirigiu-se ao local. A sua presença não foi bem recebida pelos controladores locais do negócio de pedras preciosas, que incendiaram a sua viatura Mitsubishi Pajero, estacionada a dezenas de metros da mina, enquanto o filho do combatente visitava a área. Este incidente teve como consequência um aumento da tensão entre a família Pachinuapa e os controladores locais do negócio.

⁵ Como a empresa Gemfields reconhece, no seu site oficial. Veja-se <https://d2lm500a0ik26w.cloudfront.net/gemfields/wp-content/uploads/2018/02/29121403/20180201-Commentary-On-the-ground-in-Mozambique1.pdf>, consultado a 7.02.2019.

⁶ De acordo com a Lei nº 20/2014 de 18 de Agosto – Lei de Minas, a senha mineira é atribuída a pessoa nacional, singular ou colectiva, constituída entre nacionais com capacidade jurídica, técnica e financeira que lhe permite realizar as operações mineiras artesanais (artigo 50), (GdM. 2014). Para obtenção da senha mineira, os proponentes devem cumprir alguns requisitos específicos. Exemplo: (I) Regulamento de Segurança Técnica e de Saúde nas Actividades Geológico – Minerais, aprovado pelo decreto nº 61/2006 de 26 de Dezembro (artigos 227 e 228, números 1 e 2, respectivamente). (II) Devem possuir capacidades técnicas e financeira para o desenvolvimento das actividades mineiras artesanais (artigo 50 da lei de Minas – Lei nº 20/2014 de 18 de Agosto e o respectivo Regulamento, aprovado pelo decreto nº 31/2015 de 31 de Dezembro – alíneas b, d e e

do número 4, artigo 118; número 1 do artigo 121) e (III) Pagar as seguintes taxas (decreto nº 31/2015 de 31 de Dezembro – Anexo 9): Taxa de processamento de 25.000 MZN (registo do pedido e emissão do título) e da Senha Mineira de 2.000 MZN (registo do pedido e emissão do título).

⁷ Vários vídeos circulam na internet com imagens de agressões físicas e torturas de grupos organizados por parte de agentes da PRM (de cara tapada) junto de mineiros artesanais nos próprios locais de extracção de rubis. Sobre o assunto consulte-se, por exemplo, o vídeo em <https://www.youtube.com/watch?v=yFu8MWVPf5k> (acesso a 17.01.2019).

⁸ Na reportagem televisiva divulgada na STV (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=YSx66uE7d9k>), as populações residentes em Ntoto reportaram incêndio das residências e destruição de bens pessoais, coordenados por um dirigente da empresa (vulgo “branco”). Uma senhora, falando na língua local, referia que “quando nós vamos à machamba, a polícia tira-nos roupas e nos chamoqueia, não sabemos se a empresa é do

branco ou do Governo. Prometeram construir escolas e pergunto quem irá à escola, se não sabemos o paradeiro dos nossos filhos. Já não estão connosco.”

⁹ Não foi possível obter as informações solicitadas aquando da ida ao campo no mês de Janeiro de 2017. O director de Formação e Treinamento alegou que as informações solicitadas não poderiam ser facultadas por motivos de sigilo empresarial. Segundo ele, não estava autorizado de falar sobre os garimpeiros ilegais que lá extraíam as pedras preciosas. Passou a responsabilidade para o governo local e não foi possível obter todas as informações com o chefe do posto.

¹⁰ Beblawi (1987, p. 51-52) define economia rendeira a partir de quatro elementos fundamentais, entre os quais: a predominância das rendas na globalidade da economia, a predominância do carácter externo das mesmas, o reduzido número de personalidades envolvidas em actividades produtivas, e a centralização da criação de riqueza numa pequena fracção da sociedade. Numa economia rendeira, o Estado, na sua dupla vertente administrativa e empresarial,

constitui o elemento receptor das rendas externas (Abdel-Fadil, 1987: p. 86). Neste sistema, o acesso a proveitos não resulta da remuneração de factores de produção (capital e trabalho), voluntariamente empregues numa lógica de maximização da produtividade.

¹¹ De acordo com a chefe do posto administrativo de Namanhumbir entrevistada (Nacuo, 20.06.2011), “os problemas anteriores tinham a ver, quanto a mim, com a falta de uma consulta comunitária. Falhámos, nós o Governo, incluindo o Ministério dos Recursos Minerais, em não ter vindo aqui para explicar à população o que é que estava a acontecer”.

¹² Weber (2004: 234) utilizou o conceito de patrimonialismo para caracterizar os processos de dominação assentes na retenção do poder num patrono, em torno do qual a organização gira, confundindo-se inclusive os bens e os poderes pessoais do patrono com aqueles que lhe são atribuídos por via da sua função. O poder patrimonial opõe-se ao poder legal-racional, assente, por sua vez, em processos burocráticos de gestão, que estabelecem claramente os limites de actuação do detentor do cargo.

Sociedade

No bairro da Sommerschield 2, na cidade de Maputo: AdeM melhora abastecimento de água a 250 clientes

No âmbito das iniciativas que tem levado a cabo com vista a resolver o problema da falta de água no sistema, a empresa Águas da Região de Maputo (AdeM) está a instalar uma conduta paralela à já existente, na avenida Julius Nyerere, na capital do país, para reforçar o abastecimento do precioso líquido ao bairro da Sommerschield 2, na cidade de Maputo.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

A conduta, que está a ser instalada do lado esquerdo da Julius Nyerere, no sentido Norte-Sul, tem uma extensão de 700 metros e 250 milímetros de diâmetro, contra os 110 milímetros da que garante, até ao momento, o abastecimento de água aos clientes daquela zona.

De acordo com Arone Tiva-

ne, gestor do Departamento de Projectos da AdeM, a actual conduta, que está do lado direito da via, não está a responder à crescente demanda que se regista naquela área, principalmente por ser de um diâmetro menor.

Com a instalação da nova conduta, cujas obras estão a 95% de execução, a empresa espera

melhorar o fornecimento a cerca de 250 clientes, pertencentes aos quarteirões afectados.

O que falta, acrescentou Arone Tivane, “é fazer a conexão nas extremidades, ou seja, no ponto da toma e na zona de reforço, para que os clientes passem a receber a água regularmente e com a pressão desejada”.

